

FACTO

ABIFINA

ANO V • OUT/DEZ • 2011 • Nº 31

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



Catalisadores na Química Fina

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
PARA SEUS NEGÓCIOS



17ª edição

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA
PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Tecnologia, lançamentos
e conteúdo nos
eventos mais completos
dos setores na
América Latina.

29 A 31
MAIO DE 2012

Das 13h às 20h

Transamerica Expo Center
São Paulo - SP / Brasil

www.FCEPHARMA.com.br

TRANSFORMANDO CONCEITOS
E EVOLUINDO SEUS NEGÓCIOS



17ª edição

FCE COSMETIQUE

Exposição Internacional de Tecnologia para a Indústria Cosmética

29 A 31
MAIO DE 2012

Das 13h às 20h

Transamerica Expo Center
São Paulo - SP / Brasil

Organização FCEs:

NÜRNBERG MESSE

WWW.FCECOSMETIQUE.COM.BR

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Jean Daniel Peter
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente Farmacêutico:
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco
 Vice-presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier e
 Tarciso Bonachela
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-presidente Cadeia Química: Lélío Maçaira
 Diretor de Assuntos Parlamentares:
 Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 João Alegre
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Odilon Costa
 Diretor de Propriedade Intelectual: Adriana Serrão
 Antônio Berdge Kessedjan: conselheiro
 Antonio Werneck: conselheiro
 Hayne Felipe: conselheiro
 Mário França: conselheiro
 Rodrigo Pinto: conselheiro
 Ulrich Meier: conselheiro

Conselho Consultivo

Peter Andersen
 Akira Homma
 Eduardo Costa
 Fernando Marques
 Pedro Wongtschowski
 Alcebiades Athayde
 Eduardo Eugenio
 Fernando Sandroni
 Paulo Cezar Aquino
 Vinzenz Plorer

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa e ABIFINA Comenta): Inês Accioly
 Entrevista: Natalia Calandrini
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Fernando Sandroni conta à Facto a história do nascimento da química fina no Brasil



Nelson Brasil fala sobre inovação tecnológica e desenvolvimento industrial

catalisadores química fina indústria tecnologia inovação

EDITORIAL	04
MATÉRIA POLÍTICA	06
ESPECIAL CATALISADORES	09
ENTREVISTA	12
EM FOCO	16
ARTIGO	18
SAIU NA IMPRENSA	20
ABIFINA EM AÇÃO	22
PAINEL DO ASSOCIADO	28



Publicação da:

ABIFINA 
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

Inovação tecnológica e desenvolvimento industrial

Visão e ações desenvolvidas pela ABIFINA

Nelson Brasil de Oliveira
1º vice-presidente da ABIFINA



A inovação tecnológica e o desenvolvimento econômico e social de um País dependem, essencialmente, de investimentos do setor público na formação de recursos humanos capacitados e de continuados investimentos do setor produtivo, inclusive via parcerias público-privadas, a serem realizados sob forte estímulo governamental em áreas estratégicas para o crescimento de cada nação. Mas para haver um apreciável retorno em tais investimentos, agentes públicos e privados deveriam ser articulados pelo poder central na busca de objetivos nacionais definidos pelo Estado na forma de um Projeto de Nação. Infelizmente, à exceção do que ocorreu nas eras Vargas, Juscelino e Geisel, esse conceito de Projeto Nacional constitui sonho cada vez mais quimérico. Como nobres exceções hoje nesse cenário negativo, podem destacados apenas os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), criados pelo governo visando recompor a combatida infraestrutura

logística brasileira, bem como importantes projetos conduzidos na área da saúde, contando com o apoio do BNDES para viabilizar o Complexo Industrial da Saúde.

Fora disso, salvo melhor juízo, o que sobra é uma dispersa e ineficiente condução de programas de investimentos pelos diversos ministérios, desarticulados — quando não conflitantes — e com gestões submetidas a uma partilha dos cargos públicos entre os partidos políticos, que corrói a eficiência de qualquer sistema. Quando da eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República - gestora competente e exigente no comando da Casa Civil do Presidente Lula em seu segundo mandato - criou-se uma expectativa de reversão desse nefasto processo de partidarização da máquina pública, através da implantação de um novo estilo gerencial na administração, calcado na articulação das prioridades nacionais definidas pelo Plano Brasil Maior, lançado no início do ano, tendo em vista buscar o primado da eficiência e a aderência aos objetivos centrais do plano. Mas até o presente momento a Presidenta ainda não conseguiu impor seu correto estilo gerencial à ação desses grupamentos políticos que se colocam acima dos superiores interesses nacionais.

Apesar de se reconhecer que houve no Brasil um grande avanço científico nos últimos 30 anos e que foi criada no País uma forte estrutura de pós-graduação, em realidade a formação de doutores é apresentada e decantada pelo número de formandos que a universidade oferece ao mercado a cada ano, sem que seja aferida a qualificação dessa oferta com as necessidades demandadas pelo mercado

que os deve absorver - indústria ou empresa prestadora de serviços. Assim, também, a pesquisa acadêmica é avaliada pelo número de trabalhos científicos publicados pelo pesquisador em revistas de renome, e não pela convergência dos temas aí tratados com os objetivos de um Projeto Nacional.

Outro aspecto a destacar é que a produção científica em nenhum País do mundo é indutora da inovação tecnológica, visto que esta se processa sempre no ambiente empresarial. A empresa, como o agente econômico mais eficiente na leitura daquilo que é demandado pelo mercado consumidor privado e o setor público através de suas áreas estratégicas (Defesa, Saúde, Comunicações), é que devem sinalizar as linhas prioritárias para a pesquisa científica conduzida pela universidade.

Políticas industriais bem planejadas, visando atender às necessidades da demanda de mercado — público e privado, concebidos de forma consistentes, com longos prazos de maturação — são fundamentais para o sucesso de tais ações.

No seu primeiro mandato, o Presidente Lula criou Fóruns de Competitividade de Cadeias Produtivas que permitiram a formação de diagnósticos setoriais atualizados em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do País, mas praticamente ficou nesse diagnóstico. No segundo mandato de Lula, surgiram medidas visando atender às demandas desses setores estratégicos, com destaque para a política voltada para a saúde pública criada por Temporão e que resultou na criação do conceito de Complexo

Econômico Industrial da Saúde (CEIS), que deu origem às mais de 30 parcerias Público-Privadas construídas até hoje nessa área.

Nesse cenário da política nacional, é oportuno rememorar as ações críticas e as propositivas da ABIFINA desde sua criação em 1986 por um reduzido grupo de empresários nacionais que iniciaram o desenvolvimento industrial da química fina no País. Nos primeiros anos de sua atuação, a ABIFINA contribuiu para a aprovação de relevantes princípios inseridos na Carta Constitucional de 1988, tais como o que define o mercado interno como patrimônio nacional e a tecnologia como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do País. Ainda nesse período a entidade deu respaldo a importantes iniciativas empresariais construídas ao abrigo da Portaria Interministerial nº 04/84, com aplicação supervisionada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do que resultou um expressivo parque produtivo no Complexo Industrial da Química Fina, com investimentos de alguns bilhões de dólares. Infelizmente, os compromissos assumidos pelo governo federal com o setor privado, em termos de garantias de mercado para os projetos aprovados pelo CDI, foram sumariamente desconsiderados por outro governo instalado no início dos anos 90, fato que, aprofundado pela forte apreciação do real verificada na segunda metade dessa década sem qualquer política compensatória — visto que era “proibido se falar em política industrial porque o mercado era tido como absolutamente livre” — resultou na forte “canibalização” do emergente parque industrial da química fina.

No âmbito das negociações de comércio internacional, a ABIFINA sempre atuou na defesa do setor produtivo que opera no mercado interno. Em 1989, decorridos apenas três anos do início da Rodada do Uruguai do GATT, a ABIFINA já participava da primeira Missão Empresarial Brasileira à Genebra, criada pela CNI e que, pela primeira vez e a convite do embaixador Rubens Ricupero, levava o legítimo respaldo do setor produtivo nacional às negociações de comércio internacional, que até então eram conduzidas isoladamente pelo

Ministério das Relações Exteriores.

De 1995 em diante, face à realidade representada pela abertura comercial implantada no País, a ABIFINA passou a ser uma ativa representante das empresas produtivas nacionais no âmbito das negociações de comércio internacional como membro da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), criada pela CNI. Nesse contexto, a ABIFINA participou de todos os encontros constitutivos da Alca, a começar no ano de 1997, com o encontro de Belo Horizonte, seguido daquele de São José da Costa Rica (1998), de Toronto (1999), de Buenos Aires (2001), de Quito (2002), de

No âmbito das negociações de comércio internacional, a ABIFINA sempre atuou na defesa do setor produtivo que opera no mercado interno

Miami (2004) e de Cancun (2005). Em todos esses encontros, a ABIFINA foi porta-voz da CNI nas negociações sobre Propriedade Intelectual.

Assim como nos anos 80 e 90 a ABIFINA foi ativa participante das Câmaras Setoriais criadas pelo poder executivo, após 2002 a entidade passou a participar dos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas Farmacêutica, Agroquímica e de Biotecnologia.

A partir de 2006, a ABIFINA apoiou e participou de grupos de trabalhos sobre relevantes temas para o Complexo Industrial da Química Fina. Assim, no final do ano 2006, as compras dos antirretrovirais (ARV) Zidovudina e Lidovudina passaram a ser realizadas por Farmanguinhos pelo sistema de contratação da fabricação local desses produtos, em vez de licitações internacionais

que eram amplamente praticadas no País, mas que não asseguravam a qualidade do produto adquirido. Por falta de isonomia, tais certames sempre favorecem a importação de produtos, induzindo uma forte desindustrialização no País. Evidentemente o processo foi contestado de imediato por importadores junto ao poder judiciário, mas Farmanguinhos, sempre claramente apoiado pela ABIFINA, conseguiu manter sua decisão e ainda assegurar no âmbito judiciário o princípio de que o agente público comprador, quando requerido a assegurar a rastreabilidade do processo produtivo e assim manter a qualidade do medicamento a ser adquirido, poderá exigir que sua fabricação fosse realizada localmente.

Durante a gestão de José Gomes Temporão à frente do Ministério da Saúde, a ABIFINA articulou entidades representativas de empresas com atuação no Complexo Industrial da Saúde, visando construir uma política pública especialmente desenhada para a cadeia produtiva farmacêutica. Em 2007, a ABIFINA veio a dar amplo respaldo ao governo federal na edição do decreto que licenciou compulsoriamente o ARV Efavirenz, após terem sido esgotados todos os esforços do governo nas negociações com o titular da patente. Nesse contexto, a ABIFINA articulou as empresas nacionais para o apoio a essa medida, inclusive estimulando-as a fabricar o princípio ativo desse medicamento no País.

Nos dias que correm, com a enorme apreciação do real e as elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil, a luta da ABIFINA reside na implantação de políticas públicas que sejam compensatórias a tais desequilíbrios macroeconômicos, para permitir o ressurgimento de uma pujante indústria nacional, na qual o estratégico Complexo Industrial da Química Fina venha a se tornar internacionalmente competitiva, através da inovação tecnológica focada na empresa. Essa é a visão e o histórico das ações desenvolvidas pela ABIFINA nos seus 25 anos de existência.

O que falta para a política industrial virar realidade

Segmentos da química fina apontam medidas necessárias

O complexo industrial da química fina tem uma posição singular nas economias de Países industrializados como o Brasil. Por incluir a base de uma ampla gama de cadeias produtivas, fabricando insumos de alto conteúdo tecnológico e alto valor agregado, tem um caráter estratégico para a sustentabilidade da indústria como um todo. A cadeia farmacêutica fornece produtos de primeira necessidade e tem relação direta com os gastos públicos do Sistema Único de Saúde e o acesso da população aos medicamentos. O setor agroquímico responde por alguns dos principais insumos para a agricultura brasileira, garantindo-lhe produtividade e rentabilidade, e assim contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira. Catalisadores e aditivos são produtos indispensáveis para diversas indústrias, desde a petroquímica até os cosméticos de última geração.

O Brasil terá muito a ganhar adotando políticas integradas de apoio à produção local nesse Complexo Industrial da Química Fina. Estamos avançando, mas ainda em baixa velocidade frente aos desafios da economia nacional e global. Nos setores fármaco-farmacêutico e agroquímico, os produtos fabricados no País são submetidos a uma severa regulação estatal – regras para o registro sanitário de produtos que em boa parte não atinge aos produtos importados, e ainda não contam com os indispensáveis estímulos à fabricação nacional – como na preferência nas compras públicas aos produtos fabricados no País. Assim não é favorecida a indústria doméstica e, especialmente nos segmentos intermediários dessas cadeias produtivas, em realidade há um favorecimento à importação de produtos simi-

“O regulatório foi feito de tal maneira que há muito pouco incentivo para que uma indústria privada farmacêutica nacional compre de uma farmoquímica brasileira”

Jean Peter



Foto: André Telles

lares. Na área de catalisadores, falta se ajustarem os mecanismos de apoio à inovação tecnológica de forma que o setor produtivo possa utilizá-los de acordo com as necessidades dos processos de desenvolvimento de tecnologias, sem sujeitá-los aos prazos definidos em editais dos órgãos de fomento tecnológico. O resultado da falta de flexibilidade nos programas do governo federal na implantação de políticas de incentivo à inovação e à produção local nesses segmentos estratégicos, combinado com a extraordinária expansão do mercado interno brasileiro, tem sido o crescimento acelerado do déficit comercial do Complexo Industrial da Química Fina, que em 2010 chegou a quase US\$ 8 bilhões.

A cadeia farmacêutica: Apostando no CEIS

A política que orienta a atual recuperação e fortalecimento da cadeia produtiva de medicamentos no Brasil, consubstanciada

no chamado Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), embora tenha propiciado significativos avanços, ainda sofre descompassos no seu processo de implantação. Para o presidente do laboratório Cristália, Ogarí Pacheco, o mais importante é que esse programa seja continuado e estável. “Somente a continuidade, uma ação consistente, coordenada e que não sofra mudanças periódicas de direção pode levar o País a outro patamar de conhecimento e tecnologia”. O que falta, em sua opinião, é uma maior atenção ao mercado privado e medidas efetivas para acelerar os processos na área regulatória.

Para Jean Peter, presidente da ABIFINA, também presidente da Globe Química, os problemas na área regulatória vão além da lentidão burocrática. “O regulatório foi feito de tal maneira que há muito pouco incentivo para que uma indústria privada farmacêutica nacional compre de uma farmoquímica brasileira”. Ele acrescenta que a lei do genérico criou condições que não motivam a indústria farmacêutica a comprar insumos da indústria nacional.

“Além das questões macroeconômicas, que nós todos conhecemos, precisamos realmente de uma isonomia regulatória de produtos importados protegendo o produto nacional, e uma fiscalização efetiva das importações relativa aos padrões regulatórios”.

Peter e Nicolau Lages, diretor da Nortec Química, concordam na avaliação dos obstáculos que ainda retardam a concretização do CEIS. No plano regulatório, apontam a demora na adoção pela Anvisa dos instrumentos que equilibrem a competição de fármacos nacionais com importados. Por exemplo, a lista de produtos farmoquímicos com registro obrigatório nessa agência sanitária - que é um dos principais instrumentos para garantir a isonomia na comparação de qualidade entre produtos nacionais e importados, em 2011 não recebeu nenhum acréscimo. No plano executivo, mesmo elogiando a ação do Ministério da Saúde, eles manifestam apreensão com o ritmo de implantação das Parcerias Público-Privadas (PPPs). “Elas precisam entrar na etapa de execução. A minha expectativa é de que no ano que vem comece a haver alguns resultados práticos. Espero também que haja um esforço maior para atrair como parceiras as farmoquímicas e mais farmacêuticas nacionais, pois hoje poucas estão envolvidas nesse processo”, afirma Jean Peter.

O Plano Brasil Maior, embora não tenha contemplado especificamente a área da saúde, é saudado pelo setor como mais uma iniciativa no sentido de reverter o processo de desindustrialização da economia brasileira. “É uma intenção deliberada de o brasileiro reestruturar o seu pensamento com relação às políticas relativas ao desenvolvimento da indústria de um modo geral”, afirma Jean Peter. “O mais importante é o reconhecimento de que o principal fator de crescimento econômico é o mercado”, acrescenta Ogari Pacheco. Ele considera improvável que das medidas macroeconômicas previstas no Plano não surjam reflexos positivos para o setor farmoquímico e de medicamentos. “Elas têm desdobramentos importantes. Em primeiro lugar, para a indústria farmacêutica

“O mais importante é o reconhecimento de que o principal fator de crescimento econômico é o mercado”

Ogari Pacheco



Foto: André Telles

produzir ela precisa de insumos, precisa aumentar a tecnologia instalada, investir em conhecimento e capacitação do seu quadro de funcionários, e precisa aumentar o quadro de funcionários. O Plano Brasil Maior vai qualificar e desdobrar a demanda por serviços e produtos dentro do País”.

Na opinião de Nicolau Lages, em todos os segmentos da indústria brasileira “falta algo que, por sinal, está escrito no Plano Brasil Maior: proteção de mercado. Na grande maioria dos casos, antes de exportarmos precisamos existir como produtores nacionais, para suprir o mercado interno. Mas hoje a concorrência não isonômica é muito grande e nós não temos como competir, por fatores que estão fora do alcance de uma empresa. Por exemplo, o fator cambial. Enquanto a moeda chinesa está desvalorizada em, no mínimo, 24%, a nossa moeda está sobrevalorizada em torno de 30%. Isto corresponde a uma perda de competitividade de aproximadamente 60% nos preços dos produtos brasileiros frente aos chineses importados, só por conta do fator cambial. Outros fatores dificultam ainda mais. A carga tributária

brasileira para este segmento fica na faixa de 33% a 35%. Na China, ela não passa de 22%, e com a compensação do prêmio para exportação fica abaixo dos 14%. Só aí já temos mais 20% de diferença pesando contra a competitividade dos produtos fabricados no Brasil, independentemente de questões ligadas à produtividade, tecnologia ou trabalho”.

A lei nº 12.349, que dá preferência para os produtos nacionais, segundo o diretor da Nortec será insuficiente para alavancar a competitividade da indústria. “Ela estipulou que a margem de preferência a ser dada ao produto fabricado no País poderá ser de até

“Em todos os segmentos da indústria brasileira falta algo que, por sinal, está escrito no Plano Brasil Maior: proteção de mercado”

Nicolau Lages



Foto: André Telles

25% acima do valor do produto importado. Isso é muito bom, mas a conta não fecha. Se observarmos os números, veremos que, pelo fator cambial e tributário, essa perda é muito maior do que 25%. Se não quisermos usar o nosso mercado para criar empregos na Ásia, em detrimento da criação de empregos no Brasil, temos que adotar outras medidas de proteção industrial”.

A cadeia agroquímica: Dependência aumenta

Mercado em expansão e agravamento da dependência externa em insumos estratégicos. Este é o cenário atual do setor agroquímico brasileiro, especialmente no segmento de defensivos agrícolas. A posição do Brasil como grande exportador mundial de commodities agrícolas não parece ameaçada, mas a falta de uma política regulatória que incentive a produção local e a inovação em agroquímicos está pressionando perigosamente os custos, e por extensão a rentabilidade do agronegócio nacional.

“Pode haver nesta próxima safra um desabastecimento de alguns produtos essenciais para a agricultura... o papel fundamental do governo seria capitanear um processo para apoiar o desenvolvimento desses produtos no Brasil”

Jurandir Paccini



Segundo Jurandir Paccini Neto, presidente da Ourofino Agrociência, o mercado brasileiro de defensivos agrícolas deve crescer neste ano de 10% a 12% em relação ao ano passado. “Isto se deve fundamentalmente ao crescimento da agricultura e ao maior uso de tecnologia no Brasil. O setor passa por um momento bastante positivo, impulsionado pelo crescimento da agricultura e pela busca do agricultor por uma maior produtividade”. Luis Henrique Rahmeier, diretor de Desenvolvimento e Registro da Nufarm, acrescenta que o mercado agroquímico no Brasil deve atingir neste ano US\$ 8,2 bilhões de faturamento. “Trata-se do maior faturamento do mundo

em termos de País, o que não quer dizer que o Brasil seja o maior consumidor de agroquímicos do mundo. Em termos de consumo de agroquímico por hectare plantado, devemos estar em 6º ou 7º lugar, atrás de Países como Japão, França e outros que usam agroquímicos mais intensivamente, porém com área plantada muito menor que a do Brasil. O nosso País é o maior mercado de agroquímicos do mundo porque tem uma área plantada muito grande”.

Segundo Rahmeier, há um consenso no setor quanto às deficiências do sistema regulatório. “Ele não tem a dinâmica e a modernidade necessárias para atender a demanda”. Paccini concorda com essa avaliação e afirma que “a principal medida seria o Governo cumprir o principal papel que lhe cabe, de fazer as devidas análises e dar o seu parecer, de aprovação ou deferimento. Mas esse período para análise, concessão ou reprovação de um registro de defensivos tem ficado cada vez mais longo, fora de qualquer tipo de previsão que se possa fazer. É algo completamente inseguro. A empresa faz um investimento muito grande no desenvolvimento de um produto sem saber quando o Governo vai sequer analisar aquele pleito de registro”.

Mesmo empresas que, como a Nufarm, trabalham com produtos por equivalência, isto é, que têm suas patentes em domínio público, esbarram na lentidão crônica dos trâmites burocráticos, que, no caso dos agroquímicos, envolvem, além da Anvisa, órgãos regulatórios da agricultura e do meio ambiente. Uma possível solução para esse problema, na opinião de Rahmeier, seria que um único órgão concentrasse e coordenasse o processo de concessão de registros de agroquímicos no País. “Além disso, as atualizações pós-registro, que compreendem extensões de uso, adequações e novos modelos de aplicação, são muito demoradas. A maneira de se fazer o trabalho documental precisa ser reformulada urgentemente. Muitas vezes enfrentamos demoras de um ou dois anos simplesmente pelo trâmite dentro dos órgãos, sem que haja, tecnicamente, nenhuma alteração no produto”.

Enquanto isso, um elo fundamental da cadeia produtiva local de agroquímicos vai-se enfraquecendo. Segundo o presidente da Ourofino, o Brasil hoje é completamente dependente da produção de matéria-prima de outros Países, sobretudo na China. “Estamos vivendo uma escassez da produção de ingredientes ativos, os preços subiram e esse aumento de preço vai inevitavelmente chegar ao agricultor. Pode haver nesta próxima safra um desabastecimento de alguns produtos essenciais para a agricultura. Na China, várias

fábricas estão sendo fechadas por problemas regulatórios na área de alimentos, e isto num momento em que a demanda mundial por defensivos agrícolas é crescente. Então, o papel fundamental do Governo seria capitanear um processo para apoiar o desenvolvimento desses produtos no Brasil”. Para o diretor da Nufarm, a formulação de uma política industrial para o setor de agroquímicos “deveria ser uma questão estratégica para o Governo, porque o setor agroquímico



Luis Henrique Rahmeier

gera, na ponta, uma receita de R\$ 215 a R\$ 220 bilhões em produtos do agronegócio”.

Um fato que, embora positivo, mascara o problema do aumento da dependência e parece retardar uma tomada de consciência por parte do governo, é a aparente imunidade do agronegócio brasileiro aos efeitos da crise mundial. “A agricultura tem sido pouco afetada, pelo menos até o momento”, admite Paccini. O que temos pela frente é uma perspectiva de preços de commodities agrícolas talvez não tão bons como nos últimos dois anos, mas de qualquer forma preços acima das médias históricas, o que vai fazer com que novamente tenhamos um ano forte em termos de agricultura no Brasil. As expectativas com relação aos principais cultivos no Brasil são positivas e nós devemos ter mais um ano de aumento de produção”.

Rahmeier confirma essas previsões. “Temos uma estimativa internacional de que a demanda por alimentos continuará alta. Os estoques reguladores não estão folgados. Todas as projeções da FAO, do Banco Mundial e da própria ONU indicam que os preços das commodities vão continuar pressionados para cima e que a necessidade de produtos do Brasil será mantida em níveis elevados. Isto significa que o produtor vai continuar sendo bem remunerado, investindo em tecnologia, e que o Brasil vai continuar sendo um dos grandes celeiros mundiais”.

Inovar é fundamental

Altamente especializado e sujeito a profundas transformações tecnológicas, o segmento de catalisadores é pequeno como negócio, porém tem enorme importância estratégica não só para o Complexo Industrial da Química Fina como também para inúmeras outras cadeias produtivas industriais. Essencialmente, catalisadores aceleram as reações químicas e são determinantes da economicidade dos processos químicos usados pela indústria.



Flávio Cavalcanti

A Oxiteno iniciou sua produção de catalisadores na década de 1980, especializando-se na chamada “linha de geração de hidrogênio” e também na regeneração de catalisadores de refino. O fator decisivo para sua entrada nesse segmento foi a dependência externa no fornecimento do catalisador para a conversão de eteno em óxido de eteno. “Na época, vivíamos em uma economia fechada e a dificuldade de importação era muito grande, podendo representar riscos à continuidade de nossa produção”, explica o diretor industrial da empresa, Flávio Cavalcanti. “A atividade de se desenvolveu através de importantes investimentos em infraestrutura e na formação de pessoal, culminando com a construção de uma Unidade de Produção de Catalisadores”.

O segmento de catalisadores da Oxiteno está focado basicamente em três processos: catalisadores para produção de hidrogênio, anticorredores para redução de enxofre, tratamento de gás natural e

regeneração, que consiste na recuperação de catalisadores usados em condições de voltar a ter um desempenho comparável ao de um catalisador novo. Boa parte da estrutura de produção de catalisadores é usada pela Oxiteno para a pesquisa de produtos com melhor performance e menor custo de produção, o que leva à otimização dos processos, e também para a pesquisa de novas matérias primas.

Os principais entraves à pesquisa em catálise, segundo Cavalcanti, estão no mercado de pequena escala e nos altos custos fixos e de capital no Brasil. “A atividade de desenvolvimento em catálise é de alto risco, demanda um investimento constante e de razoável valor monetário para formação e manutenção de profissionais qualificados e de equipamentos e instrumentos sofisticados. Sem um mercado interno de grande volume, e com uma política econômica que tem valorizado o real, não temos custos competitivos para exportar e, mesmo no mercado interno, não conseguimos rentabilizar os investimentos realizados, muito menos ampliá-los”.

As políticas governamentais de apoio à inovação tecnológica não são suficientes para contrabalançar os obstáculos. O diretor da Oxiteno pondera que, embora a Lei do Bem tenha sido fundamental para incentivar a colaboração das universidades e centros de pesquisa tecnológica com as empresas, ela criou impasses que atrasam e, às vezes, desestimulam os empreendimentos conjuntos. “A burocracia jurídica dos convênios e as discussões sobre propriedade intelectual e exploração comercial das possíveis tecnologias geradas são exemplos de dificuldades nas parcerias”.

Por outro lado, como a inovação contínua é um imperativo nesse segmento, a Oxiteno segue investindo de 2 a 3% do seu faturamento em P&D e faz questão de cultivar a cooperação com instituições de pesquisa. É sócia-fundadora do Nucatec (Núcleo de Catálise da Coppe/UFRJ), tem contrato com o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron/ABTLus, que também lhe dá suporte em técnicas de caracterização, e tem projetos em conjunto com universidades de todo o Brasil, especificamente em catálise.

Na visão da gerente de Desenvolvimento de Catalisadores da Oxiteno, Valéria Vicentini, em que pesem as inadequações

das políticas de inovação, tem havido algum progresso no diálogo com o Governo. “Houve vários momentos em que nós participamos junto aos órgãos de fomento, sugerindo linhas de pesquisa que pudessem atender ao mesmo tempo às necessidades da indústria e da universidade. Durante certo período havia muito incentivo, mas excessivamente focado em pesquisa fundamental. Um dos grandes problemas era que, apesar de se conseguir muita coisa nova, poucas descobertas viravam realidade. Era preciso estender as pesquisas a uma escala de demonstração, que tem riscos, além de custo muito mais elevado, e os órgãos de fomento à pesquisa não apoiaram a ideia. Mas recentemente o BNDES criou um fundo tecnológico, o Funtec, que preenche essa lacuna. São recursos que, alocados à instituição parceira na etapa da pesquisa fundamental, contemplam o alto risco do investimento em inovação. O Governo está atento a essa necessidade e as coisas estão acontecendo. Poderia ser um pouco mais rápido, mas a gente vê que a opinião da indústria nessa linha passou a ter eco”, afirma Vicentini.

A Umicore, empresa de origem alemã instalada no Brasil há vinte anos, tem uma fábrica produzindo catalisadores automotivos e outra, mais nova, especializada em precursores para catalisadores. Atualmente a empresa está investindo cerca de R\$ 30 milhões na modernização da planta de precursores, que trabalha exclusivamente com dissoluções em metais preciosos utilizados tanto na produção de catalisadores automotivos quanto de catalisadores heterogêneos ou homogêneos, estes destinados à indústria química.

O objetivo desse investimento, segundo Antônio Carlos Aidar, diretor da área de Produtos Químicos de Metais Preciosos da empresa, é “aumentar a capacidade de produção em cerca de 50%, preparando-se para um eventual aumento de demanda no mercado, além de deixar mais sólida a estrutura de preparação dos precursores”. A perspectiva é que novas tecnologias hoje geradas fora do País “sejam de alguma maneira transferidas para o Brasil, principalmente na área farmacêutica”.

A Umicore não mantém parcerias com universidades ou centros de pesquisa bra-



Antonio Carlos Aidar

sileiros, mas, segundo Aidar, a partir de 2007 instituiu internamente um canal de comunicação com instituições dessa área. “Estamos mais na fase de contatos. De qualquer maneira, somos muito ativos junto à comunidade tecnológica, participamos de todos os congressos brasileiros de catálise e nossa intenção é abrir mais o leque para que os produtos que hoje são desenvolvidos e produzidos na Alemanha possam um dia chegar ao Brasil, seja na forma de venda ou, a médio e longo prazo, de produção”.

A Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC), empresa que tem como sócios a Petrobras e a Albermale Corporation, dedica-se fundamentalmente ao segmento de catalisadores para refino de petróleo. No momento a empresa está se preparando para atender à demanda do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, que irá processar novos tipos de petróleo e adotar processos mais severos de craqueamento.

“Por ser um complexo focado na área petroquímica, o Comperj irá aumentar o consumo de catalisadores de diversos processos hoje utilizados no Brasil, o que abre uma janela de oportunidades para novos processos petroquímicos. Provavelmente será a primeira refinaria da Petrobras a operar um HCC (Hidrocrackeamento Catalítico), com catalisadores específicos para esta aplicação. Poderá contar, ainda, com um FCC (Craqueamento Catalítico Fluido) petroquímico, que exigirá um catalisador muito específico para o qual já temos a tecnologia. E mais: no futuro teremos condições de atender à demanda de catalisadores para hidrotreatamento e hidroconver-

são do Comperj”, comemora Rodrigo Pinto, diretor da FCC.

A mais nova frente tecnológica aberta pela empresa tem como objetivo a produção de catalisadores de hidroprocessamento, etapa necessária e crítica para a produção de combustíveis limpos no Brasil. “A partir do aumento do preço internacional das terras raras, substâncias utilizadas para a produção do catalisador de craqueamento catalítico, estamos investindo, em parceria com o Cenpes/Petrobras e a Albermarle, no desenvolvimento de uma fonte alternativa para a produção de óxidos de terras raras” – informa o diretor da FCC. “Essa nova planta permitirá à FCC também criar novas plataformas de catalisadores formatados, por exemplo para water-shift, Fisher-Tropsch e biocombustíveis”.

O desenvolvimento dessas inovações tem sido facilitado pela parceria da FCC com instituições de pesquisa na área de catálise, sob forma de cessão de amostras para estudos (catalisadores e/ou produtos intermediários) para diversas universidades brasileiras e estrangeiras; e de um estreito relacionamento com o Cenpes, da Petrobras. Além disso a empresa tem participação ativa no Parque Tecnológico de Santa Cruz (Procat), que agrega o Cenpes, a UFRJ, a Firjan, o Sesi e o Sebrae.

Rodrigo Pinto destaca, por outro lado, “dificuldades na produção científica em



industrial. Perde a indústria, por não ter a chance de melhoria do status científico de seus profissionais, e perde também a academia, pela falta de acesso a processos e tecnologias que estão no estado da arte industrial. Acreditamos que o desenvolvimento de uma via que resguarde o sigilo técnico das empresas é algo a ser trabalhado e que trará benefícios à sociedade”.

A catálise, incluindo seus novos desdobramentos a partir do advento da biotecnologia, além de ter uma ampla gama de aplicações industriais, configura um campo extremamente rico para os centros de pesquisa universitários e tecnológicos, daí porque a construção de parcerias se torna um caminho desejável. Segundo a professora da UFRJ e especialista sênior do INPI Adelaide Antunes, “a partir da década de 1990, com a abertura comercial, várias unidades petroquímicas e químicas desativaram suas unidades de pesquisa e desenvolvimento e também aquelas associadas às universidades. Mais adiante algumas parcerias foram restabelecidas na área dos polímeros, pois esta foi a área que, por características próprias, desenvolveu grades diferentes e pôde sobreviver neste período conturbado”.

Com a recente implementação de políticas de apoio à inovação tecnológica, no segmento de catalisadores a integração universidade-empresa tem sido formali-

“Por ser um complexo focado na área petroquímica, o Comperj irá aumentar o consumo de catalisadores de diversos processos hoje utilizados no Brasil, o que abre uma janela de oportunidades para novos processos petroquímicos”

Rodrigo Pinto

processos industriais de catálise, incluindo as operações unitárias de transformações. Teses e dissertações aplicadas diretamente aos negócios da FCC não podem ser publicadas, em função da necessidade de sigilo

zada principalmente para biocombustíveis de segunda e terceira geração, no caso do etanol, e para biodiesel, segundo Antunes. “Observa-se também a integração em projetos para química verde, a exemplo

do polipropileno de propeno verde, assim como em projetos de remediação com foco ambiental”.

Como entraves à criação de parcerias na pesquisa em catálise, a professora cita “a descontinuidade e a falta de vontade política de estimular a produção de catalisadores no Brasil. Dois casos marcantes merecem ser citados. O primeiro é o da Fábrica Carioca de Catalisadores, cuja decisão foi de cunho estratégico, e não econômico, devido à Guerra das Malvinas em 1982, que pôs em risco o abastecimento das refinarias da Argentina com catalisadores de craqueamento catalítico. O outro caso que merece reflexão foi o desenvolvimento *in house* de catalisadores para processos alcoolquímicos pela Oxiteno, motivado pelo Programa Nacional do Álcool em 1975.”

Outro entrave, segundo Antunes, é a falta de produtores de enzimas no País, o que representa uma fragilidade da cadeia



Adelaide Antunes

química e uma ameaça ao desenvolvimento da biotecnologia nacional, na medida em que as enzimas são biocatalisadores por excelência. A carência de produtores no País repercute de forma direta e negativa em diversos setores dependentes de catalisadores, como as indústrias de alimentos e bebidas, álcool combustível, têxtil, papel e celulose, couro, detergentes, óleos e gorduras, fármacos quirais, agentes terapêuticos diversos e tecnologias ambientais.

Essa preocupação é compartilhada pelas pesquisadoras Elba Bon, professora titular de Bioquímica da UFRJ, Maria Antonietta Ferrara, do Instituto de Tecnologia em Fár-



Maria Antonietta Ferrara

macos da Fiocruz, e Viridiana Leitão, chefe do Laboratório de Biocatálise do Instituto Nacional de Tecnologia (INT/MCTI). Segundo elas, “o pequeno número de empresas produtoras de enzimas no País contribui para aumentar os custos e dificultar o acesso a esses produtos”.

A tecnologia enzimática tem relevância internacional crescente, nas universidades e na indústria. Esse interesse, na opinião de Bon, Ferrara e Leitão, “é motivado pela necessidade do desenvolvimento auto-sustentável, que pressupõe o uso de matérias primas renováveis por processos que gerem produtos de qualidade com tecnologias limpas”.

O Fórum Nacional de Biotecnologia elegeu o estudo e a pesquisa em enzimas como uma prioridade, gerando como desdobramentos, entre outros, a chamada pública MCT/Finep Subvenção Econômica à Inovação 01-2006, voltada para desenvolvimentos nessa área, e o decreto presidencial nº 6.041/2007, que, ao instituir a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, incluiu a pesquisa de enzimas industriais e especiais entre seus objetivos específicos. Em sequência, a Finep e o BNDES lançaram nos últimos anos alguns editais para o financiamento de projetos industriais envolvendo a tecnologia enzimática.

As pesquisadoras da UFRJ, Fiocruz e INT entendem que “o setor de química fina apresenta um grande potencial para o uso de enzimas. Os chamados processos de bioconversão oferecem vantagens técnicas, econômicas e ambientais em comparação com os processos convencionais de síntese química, tais como a formação de produtos com químiio, régio e enantiosseletividade (menor formação de subprodutos), uso de condições brandas de reação e baixo consumo de energia. Sua aplicação industrial vem adquirindo importância crescente, espe-

cialmente quando voltada para a produção de fármacos e intermediários quirais”.

Existe a expectativa, também, de que o Brasil possa vir a produzir mais etanol a partir de biomassa, através da produção de açúcares fermentáveis oriundos da hidrólise enzimática de celulose e hemicelulose. Segundo as pesquisadoras, “o mundo todo está participando desta corrida tecnológica e o Brasil, nesse cenário, desempenha um papel importantíssimo, desenvolvendo pesquisas de altíssima qualidade. Além do progresso das pesquisas, o bagaço e a palha de cana-de-açúcar são biomassas muito promissoras. Em 2011, o governo brasileiro lançou o edital PAISS, através do BNDES e da Finep, para financiamento de projetos nesta área, promovendo uma maior interação entre o setor produtivo e as universidades e centros de pesquisa”.



Elba Bon

Bon, Ferrara e Leitão lembram, ainda, que enzimas têm aplicações terapêuticas - anticoagulantes, antileucêmicos e para reposição de enzimas metabólicas, entre outras - e em análises clínicas, compondo kits diagnósticos. Elas assinalam que as chamadas enzimas especiais, caracterizadas pelo alto grau de pureza e, em decorrência, alto custo, são ainda predominantemente importadas.

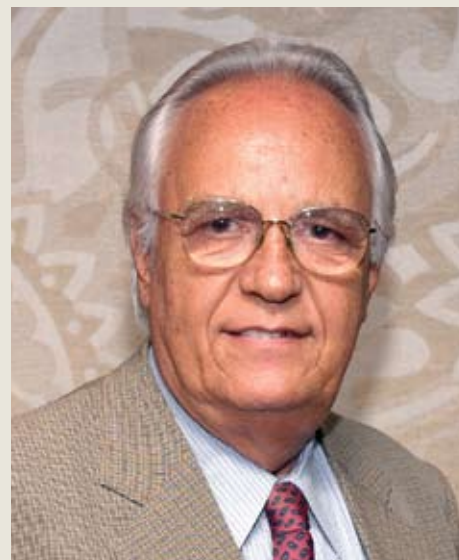
“Deve-se destacar que o desenvolvimento da tecnologia enzimática tem no Brasil importância singular, devido a sua disponibilidade única de recursos renováveis em quantidade e variedade e à necessidade vital da preservação ambiental e da qualidade da água. No entanto, o uso de enzimas industriais no País é ainda pequeno. Estima-se que o mercado mundial de biocatalisadores seja superior a US\$ 5 bilhões, enquanto o mercado externo brasileiro está em torno de US\$ 350 milhões (dados de 2010), prevalecendo as importações (87,5%). Estes dados indicam a desvantagem tecnológica e estratégica do Brasil em termos de produção e uso de biocatalisadores”, concluem as pesquisadoras.

Uma visão sobre o nascimento da química fina no Brasil

Fernando Sandroni

Depois de vivenciar o crescimento do setor de química fina no Brasil, em seguida à criação das petroquímicas, o engenheiro Fernando Sandroni testemunhou o sucateamento desse parque industrial. Formado pela PUC-RIO, Mestre em Ciências pela ENSA, Paris, e especialista em Regulação e Controle pelo Instituto Francês de Petróleo, ele iniciou sua carreira na Petrobras. Fez parte de diretorias e conselhos de administração de importantes empresas dos anos 70 aos 90, entre as quais a Copene (hoje Braskem), Norquisa, Nitroclor, Carboderivados, Companhia Alcoolquímica Nacional, Biolab e Nortec.

Entusiasta das causas da indústria, Sandroni também tomou assento no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no Conselho de Administração do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA /RJ). Ex - presidente do Conselho de Administração da ABIFINA, Sandroni hoje faz parte do seu Conselho Consultivo, do Conselho de Desenvolvimento da PUC-RIO, além de presidir o Conselho Empresarial de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o Comitê de Inovação Tecnológica da Academia Nacional de Engenharia (ANE).



*Os tantos anos como homem de empresa não excluíram a sensibilidade artística. Sandroni também é pianista, pesquisador da história da música, tendo criado e dirigido o grupo de música popular Lira Carioca. Baseado em sua experiência e sempre na busca da harmonia, ele conta à **Facto** algumas importantes passagens da constituição do setor brasileiro de química fina, que hoje luta para se reerguer.*

O senhor acompanhou, como dirigente empresarial e de entidades do setor produtivo, a política industrial dos anos 70 e 80. Como a estratégia da época constituiu o setor petroquímico e, em consequência, o de química fina no Brasil?

A indústria petroquímica teve início no Brasil nos anos 50 com a iniciativa de grupos privados que já a conheciam da Europa e dos Estados Unidos e começaram atividades, ainda de pequeno porte, com base em matérias-primas da refinaria de Cubatão (SP). Nos anos 60, aparece o primeiro polo petroquímico no estado de São Paulo, liderado pela iniciativa privada, que, com dificuldades para

terminá-lo, procura então a participação do Estado através da Petroquisa, braço químico da Petrobras. A crescente necessidade de recursos financeiros leva a Petroquisa a assumir o controle acionário da empresa, a Petroquímica União, concluída no início dos anos 70. Naquele momento o País crescia a taxas muito elevadas, era o famoso período do milagre brasileiro, em que a demanda por produtos petroquímicos era muito alta e havia a necessidade de expandir a produção. Estes fatos, em todos os seus detalhes, estão contados no notável livro sobre a história da petroquímica no Brasil de autoria de Otto Vicente Perrone, editado pelo IBP e belamente prefaciado por Paulo Vieira Belotti.

Qual era o papel do Estado para se obter aquela ampliação de produção?

Foi criada a ideia do modelo tripartite, em que o Estado – no caso, a Petroquisa – entra com um terço do capital, um grupo privado nacional entra com mais um terço e um grupo estrangeiro, detentor de tecnologia de ponta, entra com o outro terço. O Estado tem participação muito importante, pois a matéria-prima – a nafta – vinha de um monopólio estatal, que era a Petrobras. O equilíbrio econômico empresarial é conseguido pela participação da Petrobras na Central de Matérias-Primas e nas empresas de segunda geração, em valor nunca inferior a qualquer um dos sócios, nacional ou estrangeiro. Com esse modelo, é criada

uma petroquímica de classe mundial e a Petroquisa passa a ter resultados que a levam também à categoria de empresa de porte internacional.

A experiência serviu de base para outros polos petroquímicos?

O modelo se consolidou na Bahia com a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), hoje Braskem. Mal ela entrou em operação, já houve a necessidade de expandir a produção nacional novamente. Então, é lançado o polo do Rio Grande do Sul, a partir da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), que passa a operar no início dos anos 80. Em 1992, houve a duplicação do polo petroquímico do Nordeste e, em seguida, a criação do polo gás-químico do Rio de Janeiro – bem menor do que o da Bahia. Atualmente – 20 anos após a duplicação da Copene –, está em construção o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Portanto, aquela política foi vitoriosa no sentido de ter construído a sólida petroquímica que o Brasil possui até hoje.

Além das participações acionárias, qual foi a importância da Petrobras na constituição da cadeia produtiva do setor?

Com a missão de desenvolver a petroquímica no Brasil, a Petrobras acabou cedendo uma grande quantidade de engenheiros e administradores do seu próprio quadro para atuar no setor. Embora o conhecimento de química orgânica no país e, conseqüentemente, sobre processos petroquímicos, ainda fosse pequeno, essas pessoas tinham capacidade técnica suficiente para entendê-los, operá-los e, mais tarde, se lançar no desenvolvimento de novas tecnologias. Alguns profissionais vieram a ser diretores das empresas então criadas.

O segundo ponto é que, desde o início das suas atividades, a Petrobras prestigiou a fabricação de equipamentos no Brasil. É evidente que, muitas vezes, eles saíam mais caros do que os importados, mas havia aí um *trade-off* entre ter um investimento mais caro, porém estar contribuindo para o desenvolvimento

de tecnologias e da economia do Brasil. É fato conhecido que a Petrobras ajudou enormemente na implantação da indústria de bens de capital e na formação de grandes empresas de engenharia, muitas das quais, infelizmente, desapareceram nos anos 90.

“As políticas públicas poderiam alavancar mais o desenvolvimento brasileiro se o poder de compra do Estado fosse usado de forma mais rápida e abrangente”

Como o senhor vê a participação dos grupos privados nacionais neste processo?

De forma muito positiva. Os investimentos eram proporcionalmente grandes para a capacidade financeira individual dos grupos industriais interessados e aqueles que se lançaram inicialmente *motu proprio* na petroquímica não haviam conseguido associar-se com detentores de tecnologia de ponta. Além disso, havia ainda nos anos 70 uma grande percepção de risco em relação a tais empreendimentos no Brasil. Fato que poucos conhecem é que a central de matérias-primas do polo de São Paulo foi inicialmente construída pela Union Carbide, a maior produtora mundial de petroquímicos básicos na época, que fracassou com o processo Wulf, uma grande inovação tecnológica que não funcionou em escala industrial. Depois de construída, a unidade teve que ser desmontada, com enormes perdas financeiras. A decisão dos grupos privados nacionais de participar com a Petrobras no desenvolvimento da petroquímica foi então, sem dúvida, um exemplo de espírito empreendedor.

Como o senhor vê a contribuição da empresa Norquisa, da qual foi diretor, para o desenvolvimento da petroquímica e da química fina?

A Norquisa foi constituída no ano de 1980, na forma de holding, pela união de vários grupos que atuavam na petroquímica. Ela se destinava a ser parceira da Petroquisa, que estava tolhida nos investimentos devido a injunções políticas da época. A Norquisa tomou para si a liderança do desenvolvimento de projetos em química básica, além dos novos investimentos em química fina. Assim, vários projetos que estavam parados foram retomados. Como exemplo, a duplicação da Salgema em Alagoas e a da Coperbo em Pernambuco. Estes empreendimentos foram muito importantes para o desenvolvimento da alcoolquímica no Brasil, pois com a crise do petróleo era necessário desenvolver fontes renováveis de matéria-prima. No estado do Espírito Santo, foi criada uma empresa carboquímica, a Carboderivados. De todos, o maior investimento foi, em sociedade com a Petroquisa, a duplicação da Copene em 1992.

Na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram realizados novos investimentos em química fina que iam desde os intermediários até a indústria farmacêutica. A Norquisa teve ainda papel relevante no desenvolvimento de tecnologias para a indústria farmoquímica. Do *spin-off* de seu departamento de pesquisa resultou a Nortec, hoje a maior fabricante brasileira de insumos para a indústria farmacêutica.

A ABIFINA tem mostrado que a indústria de química fina sofreu um processo de sucateamento principalmente nos anos 90, do qual agora está se reerguendo. Como o senhor vê esta questão?

Os dados da ABIFINA correspondem a uma dura realidade. Para ser mais preciso: houve na época um processo muito complexo de desnacionalização e quase sucateamento total da indústria. O avanço da produção brasileira em áreas consideradas estratégicas não era bem visto pelas grandes empresas que

dominavam o mercado mundial. O mercado brasileiro de produtos farmacêuticos e o de defensivos agrícolas, por exemplo, sempre foi importante. Era na época abastecido basicamente por importações. Em função de certas medidas do governo tomadas nos anos 70/80 que estimularam a fabricação interna, algumas empresas estrangeiras que haviam começado produções locais interromperam este processo, com a abertura abrupta do mercado nos anos 90, pois podiam abastecê-lo a partir de suas matrizes. Elas tinham esta alternativa que as empresas nacionais não possuíam. Daí a interrupção de grande parte da produção interna. A desnacionalização ocorreu com empresas nacionais de produtos considerados internacionalmente muito importantes por seu grande poder de penetração em variados mercados finais da química fina. É um assunto a ser ainda aprofundado. Dou aqui apenas o exemplo da empresa Química da Bahia, instalada no polo de Camaçari, única produtora de aminas especiais no hemisfério sul, dotada de alto nível tecnológico, que foi adquirida pela maior produtora internacional, sua concorrente direta. A principal amina lá produzida é fundamental para a fabricação do herbicida, que veio a se tornar o defensivo agrícola de maior volume de vendas no mundo.

O senhor acha que a reindustrialização do País deveria estar acontecendo de forma mais acelerada?

É importante lembrar que o Brasil passa por verdadeiras revoluções na área econômica nos anos 80 e 90, com hiperinflação, crise cambial etc. Muitas produções que vinham sendo desenvolvidas nos anos 80 pararam nos anos 90. A partir do ano 2000, o processo de estabilização monetária vai começando a render seus primeiros frutos. Bastou que os juros e o câmbio tivessem um comportamento melhor nos anos 2004 e 2005 para que a indústria voltasse a crescer. Mas, a partir daí, voltamos a ter disfunções na tríade câmbio, juros e inflação,

alterando expectativas econômicas muito desfavoráveis à produção nacional, tornando-a mais difícil. É o problema que nós estamos vendo hoje.

O que o Governo poderia fazer para alavancar o crescimento da indústria?

O Governo tem tomado algumas iniciativas importantes na área dos Complexos Industriais da Saúde e da Defesa. Mas o Brasil sempre relutou em usar o poder de compra do Estado. As políticas poderiam alavancar mais o desenvolvimento brasileiro se isso fosse feito de uma forma mais rápida e abrangente, no sentido da defesa da produção e do emprego no País.

“É fato conhecido que a Petrobras ajudou enormemente na implantação da indústria de bens de capital e de empresas de engenharia”

Por outro lado, existe a necessidade de aumentar com vigor os investimentos governamentais em pesquisa aplicada para desenvolver a inovação da indústria, sem descuidar da pesquisa básica. Sem isso, vamos ficar muito tempo atrasados em relação ao que os outros países têm feito. Os incentivos diretos em pesquisa aplicada têm grande poder de alavancar os investimentos das empresas em atividades inovativas. Alguns estudos já vêm sendo feitos neste sentido por economistas brasileiros. Mas é, de longe, o ambiente macroeconômico a variável de maior peso neste processo de estímulo à inovação pelas empresas. Acho que o real entendimento desta questão é fundamental.

Como o Conselho de Tecnologia da Firjan tem tratado o tema de tecnologia e inovação?

O principal trabalho, já há muitos anos, foi chamar a atenção para a importância da inovação tecnológica. Em 1999, a Firjan encaminhou ao Governo o primeiro programa de inovação tecnológica advindo da indústria. Em função da presidência do Conselho de Tecnologia da Firjan, também sou editor dos Cadernos de Tecnologia, publicações pelas quais lançamos propostas de políticas para o setor. Esses cadernos levantaram, já no início dos anos 2000, a importância dos incentivos governamentais não-fiscais, tais como a participação do governo nos riscos do desenvolvimento tecnológico e o uso do poder de compra do Estado. Com isso, ajudamos na criação da Lei da Inovação e da Lei do Bem. Novas propostas virão. É preciso continuar nesta caminhada, pois, quanto mais se avança tecnologicamente, maiores são os problemas de relações internacionais e melhor deve ser o planejamento do País como um todo.

O senhor é músico e engenheiro. Existe relação entre as duas atividades?

Sempre fui músico e isso é parte importante da minha vida. Na música erudita, tenho atualmente um trabalho de pesquisa sobre a relação entre a música e a matemática. Também já estudei as raízes da música popular brasileira, chegando a gravar alguns CDs.

É preciso ter química para tocar em grupo?

Isso realmente tem que existir, mas talvez seja uma química diferente, mais um catalisador psicológico. Você tem que gostar das pessoas com quem faz tanto música como tecnologia. Tem que haver harmonia.

CPhI south america

where intelligence gathers

21 a 23
de agosto
de 2012

São Paulo
Transamerica
Expo Center
Das 11h às 18h

Encontre o universo Pharma na CPhI South America

Maior e mais completa:

- > **5x maior** que qualquer outro evento focado em ingredientes
- > Fornecedores e distribuidores de insumos do **mundo todo**
- > Visitantes **qualificados**
- > Congresso de **alto nível**

Road Shows Seminários exclusivos na América Latina

Novos dias e horário De terça a quinta-feira, das 11h às 18h

Conferências Sala de conferências no mesmo ambiente da exposição

Match Making Reuniões pré-agendadas entre expositores e visitantes

Pavilhão



Plataforma ideal para empresas que oferecem serviços de outsourcing e soluções em Biotecnologia para a Indústria Farmacêutica, proporcionando networking, novos negócios e troca de informação.

Esteja um passo à frente de um mercado em constante mudança global...
... garanta agora seu espaço na **CPhI South America 2012**

Apoio Exclusivo:



Apoio Inteligência de Mercado:



Rede Social Oficial:



Apoios:



Organização:



www.cphi-sa.com.br

gbovino@ubmbrazil.com.br

55 11 46891935 - Ramal 2097

ABIFINA lança programa de oficinas e novos serviços

A pesquisa, desenvolvimento & inovação (P,D&I) no Brasil caminha a passos lentos, apesar dos esforços das indústrias e universidades para mudar essa realidade. Um dos principais entraves ao avanço da área é a falta de profissionais qualificados para lidar com questões cruciais na sociedade do conhecimento: procedimentos para o registro de propriedade industrial, legislação, competências dos órgãos de controle e necessidades para a transferência de tecnologia são apenas alguns exemplos. Acreditando na capacitação profissional, a ABIFINA lançará em 2012 uma série de oficinas e serviços com foco em temas relativos à P,D&I nos quais o mercado necessita de maior aprofundamento técnico.

As primeiras oficinas, previstas para março, serão de: Redação de patentes, Busca de artigos científicos e Acesso ao conhecimento tradicional associado. Quanto aos serviços, além dos já oferecidos— o subsídio técnico para exame de documentos de patentes e a análise de produtos e processos quanto à patenteabilidade — a ABIFINA passará a atender os associados com a redação de pedidos de patentes e capacitação sob demanda específica das empresas.

A coordenadora de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, coordenadora do projeto, ministrará as aulas. Ela prevê a participação de convidados especialistas como tutores de cada tema. Segundo Ana, o plano de qualificação

profissional foi desenvolvido para proporcionar conhecimentos sobre as formas de proteção intelectual e as estratégias de melhoria da produção, desde a matéria-prima até o produto final. Cada oficina terá 8 horas/aula e o público-alvo abrange pesquisadores, profissionais em início de carreira e estudantes, de empresas associadas ou não.

“O projeto da ABIFINA se diferencia de cursos oferecidos no mercado por abranger oficinas customizadas para cada setor, com conteúdos práticos e essencialmente direcionados para profissionais de áreas técnicas. Faremos estudos de caso e exercícios para trazer a realidade para a sala de aula”, explica Ana Claudia.

Segredo para o sucesso

A história da Coordenadora da Área de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, ilustra bem o quanto a capacitação profissional faz diferença no resultado da P&D das empresas. A pesquisa de seu doutorado empresarial foi realizada em parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório Simões (RJ), do ramo farmacêutico. Durante seis meses, ela realizou o diagnóstico da indústria, identificou objetivos estratégicos e ideias inovadoras, estruturou estudos de prospecção e conscientizou os diversos níveis gerenciais da organização para a importância de estabelecer processos de gestão do conhecimento.

O resultado foi além do esperado: foram obtidos 15 pedidos de patentes

de medicamentos, que estão sendo depositados gradativamente, e 22 produtos para uso humano e veterinário. “A experiência demonstrou que o uso de ferramentas de inovação pode propiciar uma mudança na mentalidade da equipe envolvida na cadeia produtiva, resultando em pesquisas mais direcionadas e, conseqüentemente, em uma produção mais eficiente”, avalia Ana Claudia.



Oficinas de P,D&I

Início: 2012

Local: Sede da ABIFINA ou In Company

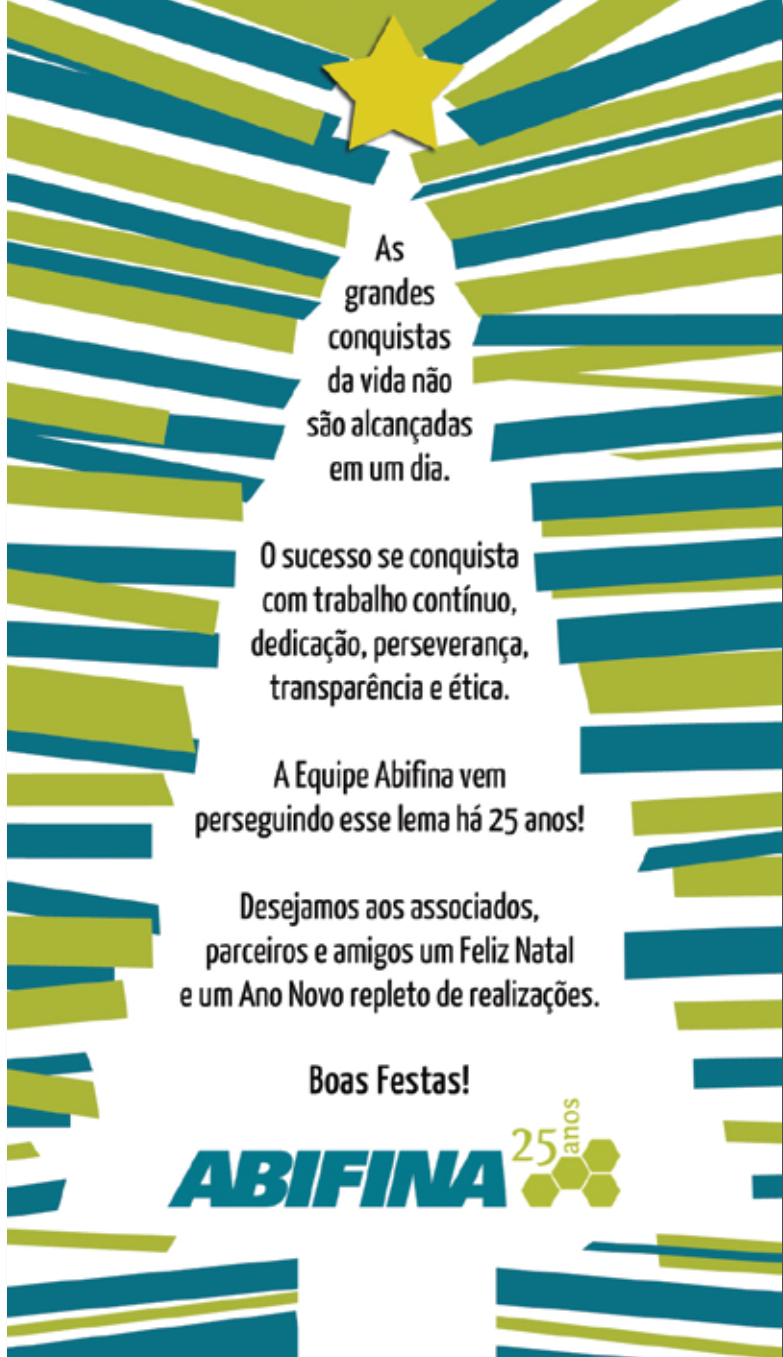
Investimento: R\$ 200 (empresas associadas e estudantes)

R\$ 400 (empresas não-associadas)

Maiores informações: anaclaudia@abifina.org.br ou (21) 3125-1423

Confira as oficinas programadas para início em março de 2012

- Qualidade da matéria-prima vegetal
- Legislação de propriedade intelectual - conceitos e aplicações
- Propriedade intelectual em biotecnologia
- Acesso ao conhecimento tradicional associado
- Propriedade intelectual no agronegócio
- Utilização da cultura de tecidos vegetais para a produção de metabólitos secundários ou substâncias de interesse oriundas de plantas
- Propriedade intelectual na área farmacêutica
- Prospecção tecnológica de documentos de patentes
- Prospecção de artigos científicos
- Redação de patentes
- Indicação geográfica como agregação de valor
- Brainstorming para inovação na indústria
- Técnicas de questionamentos de suposições para inovação na indústria
- Desenhos de cenários
- Scamper aplicado à indústria farmacêutica, agroquímica e de cosméticos
- Análise de mercado e observação da concorrência
- Alianças estratégicas entre empresas, universidades e centros de pesquisas
- Tag clouds (nuvem de tags)
- Captação de recursos, editais e elaboração de projetos



As grandes conquistas da vida não são alcançadas em um dia.

O sucesso se conquista com trabalho contínuo, dedicação, perseverança, transparência e ética.

A Equipe Abifina vem perseguindo esse lema há 25 anos!

Desejamos aos associados, parceiros e amigos um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações.

Boas Festas!

ABIFINA 25 anos

Aproveitamos para informar que entraremos em recesso a partir do dia **26/12/2011** e retornaremos nossas atividades no dia **02/01/2012**.

Reflexão sobre a “quebra de patentes”

Denise Rahal Lobato e Letícia Khater Covesi

Denise Rahal Lobato é farmacêutica e bióloga, especialista em Marcas e Patentes da EMS.

Letícia Khater Covesi é doutora em bioquímica, pós-doutorada na Faculdade de Ciências Médicas, pesquisadora colaboradora no Hemocentro (Unicamp) e coordenadora de Marcas e Patentes da EMS.



Em setembro deste ano, a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso na sede da ONU, defendeu a “quebra de patente” nos casos de remédios para tratamento de determinadas doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, e acesso gratuito a medicamentos para população de baixa renda para tratardesses males.

O termo “quebra de patente” foi utilizado pela presidente de modo a facilitar o entendimento popular. Em seu contexto geral, é a previsão legal (artigos 68 a 74 da Lei da Propriedade Industrial, Lei 9.279, de 14 de maio de 1996) da possibilidade de se estabelecer uma flexibilização dos direitos de propriedade sobre determinada patente, ou seja, permite a exploração da patente, atribuindo uma imposição legal de licença compulsória ao titular da patente, mediante o cumprimento de requisitos pré-determinados

sob a ótica das políticas nacionais de saúde pública e do acesso a medicamentos.

Segundo Denis Borges Barbosa, especialista na área, com base na lei vigente, a licença compulsória pode ser dividida em algumas modalidades, cada qual com suas particularidades: licença por abuso de direitos, por abuso de poder econômico, licença de dependência, licença por interesse público e licença legal que o empregado, co-titular de patente, confere a seu empregador.

Dentre as licenças acima citadas, a mais empregada é a licença por interesse público (art.71 da Lei de Propriedade Industrial):

“Art. 71. Nos casos de emergência nacional ou interesse público, declarados em ato do Poder Executivo Federal, desde que o titular da patente ou seu licenciado não atenda a essa necessidade, poderá ser

concedida, de ofício, licença compulsória, temporária e não exclusiva, para a exploração da patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular.”

Destacamos que, tecnicamente, o licenciamento compulsório não significa literalmente a “quebra de patente”, uma vez que o detentor da patente mantém seus direitos e recebe um pagamento pelas cópias produzidas ou importadas.

Este instrumento internacional costuma ser utilizado pelos governos, independentemente do desenvolvimento econômico do país (EUA, Tailândia, entre outros). A Índia teve este ano o primeiro requerimento de licença compulsória pela Natco Pharma para o medicamento Nexavar (tosilato de sorafenibe), da Bayer, utilizado para tratar câncer de rim e fígado. Este medicamento atinge menos de 1% dos 100 mil pacientes in-

dianos, segundo a Natco, que propõe em seu pedido produzi-lo a custo inferior e disponibilizá-lo a todos os pacientes.

Para relembrao o caso brasileiro do decreto que oficializou o licenciamento compulsório da patente do antirretroviral Efavirenz, vale a pena reler o artigo de Nelson Brasil e Eduardo Costa da edição de maio de 2007 da Facto* (disponível no site da ABIFINA). Este artigo mostra a necessidade deste dispositivo previsto na lei nacional e nos acordos internacionais e esclarece o cuidado para aplicá-lo, contextualizando o cenário vigente, cujo balanço de pagamentos do País para fármacos e medicamentos apresentava déficits crescentes.

Depois de muitas tentativas de acordo entre o laboratório titular da patente e o governo brasileiro – quando o primeiro não foi capaz de reduzir significativamente o preço do antirretroviral — o licenciamento compulsório autorizou o Brasil a importar versões genéricas até que um laboratório brasileiro fosse capaz de fabricar em território nacional, sendo necessário o pagamento de royalties à empresa norteamericana.

Quando o combate ao abuso do poder econômico na prática de preços mais justos, aliados ao fortalecimento de mecanismos facilitadores de transferência de tecnologia, for uma solução realmente comprometida com o desenvolvimen-

to nacional, será desnecessário exercer este licenciamento que a mídia gosta de divulgar como “quebrar patentes” farmacêuticas, pois a população terá acesso aos medicamentos a preços justos, sem onerar o sistema de saúde pública. E haverá o equilíbrio entre os direitos de propriedade patentária e os interesses públicos.

Até lá, para organizar o sistema de saúde e garantir os direitos sociais dos brasileiros, a interpretação dos direitos de propriedade intelectual deve considerar valores fundamentais, como o direito a uma vida digna e justa.

* <http://www.abifina.org.br/informaNoticia.asp?cod=191>

PARA REFLETIR

“As armas mais importantes para a prevenção e o combate às epidemias acabam sendo aquelas mesmas desde sempre reivindicadas pelos gregos para a consolidação da vida política: o conhecimento e a cooperação (ou cumplicidade) entre os homens. E a cooperação, ou a cumplicidade, pressupõe confiança recíproca, e para que a confiança entre os homens cresça é preciso que a justiça impere”.

Alves, M. (2004)

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Marcelo, O lugar do Direito na Política”. Rogério Dutra dos Santos (Org.), Editora Síntese, Porto Alegre, 2004.
- Barbosa, Denis Borges, Uma introdução à Propriedade Intelectual, 2 ed., Ed. Lumen Juris, 2003.
- Barcellos, Milton Lucídio Leão, Licença Compulsória: Balanceamento de interesses, Motivação e Controle dos Atos Administrativos, Revista da ABPI Nov-Dez. 2005.
- Brasil, Nelson & Costa, Eduardo, Sobre o licenciamento compulsório da patente de Efavirenz, Edição nº 7, ABIFINA Informa, 2007.

ABIFINA comenta a notícia

Para economista italiano, Brasil deve fortalecer oligopólios nacionais

Valor Econômico, 08/11/11



Sem eufemismos

Convidado para um seminário organizado pelo *Think Tank Minds* e pela Fundação Ford no Rio de Janeiro, o economista e professor Giovanni Dosi, da Escola de Estudos Avançados de Sant'Anna (Pisa, Itália), recomendou que o Brasil lute contra pressões econômicas de oligopólios estrangeiros usando as mesmas armas – ou seja, criando oligopólios domésticos. Ao contrário dos desenvolvimentistas acanhados, que usam eufemismos na hora de propor estratégias competitivas, Dosi pregou abertamente o protecionismo e os subsídios como medidas legítimas para um país preservar sua indústria e desenvolver tecnologia própria.

Realmente, é importante favorecer a fusão ou alguma forma de coligação entre empresas nacionais que atuam em áreas de tecnologia de ponta – biotecnologia, por exemplo – para lhes proporcionar competitividade internacional. Na área farmacêutica, o BNDES já vem acenando com ofertas de financiamento de operações desse tipo, mas falta clareza da parte de outras agências governamentais nas áreas de comércio exterior, regulação e financiamento à inovação visando acelerar esse processo. Não se trata exatamente de proteção, mas de uma política compensatória para fazer frente à enorme desigualdade de mercado num contexto de real apreciado em relação ao yuan e ao dólar, o que não permite competição leal, especialmente contra importações subsidiadas na origem.

Protecionismo em alta

Folha de SP, 07/11/11



Cada um por si

A China passou da defensiva à ofensiva contra o Brasil no debate internacional sobre dumping de preços. Indústrias chinesas estão acusando fabricantes brasileiros de colocar celulose no seu mercado a preços inferiores aos praticados no Brasil, e pedem ao governo uma tarifa punitiva. Em editorial, a Folha sugere uma conexão entre essa acusação e o recente aumento do IPI brasileiro sobre carros importados, que atingiu várias montadoras chinesas, embora nenhum dos dois governos tenha mencionado a hipótese de retaliação. “Seja como for, é evidente que o episódio se inscreve num quadro de acirramento do protecionismo”, conclui o jornal.

O editorial toca, de fato, num ponto nevrálgico do comércio internacional. A China, valendo-se de uma moeda extremamente desvalorizada e manipulada pelo governo, bem como de uma política industrial doméstica fortemente subsidiada e precária em direitos trabalhistas e em cuidados com o meio ambiente, tem atuado como um implacável predador das indústrias de países que não se protegem comercialmente de forma adequada. Em tempos de crise no primeiro mundo, a avidez chinesa na conquista de mercados se volta para economias com mercados internos pujantes, como a brasileira. É não apenas justo, mas necessário, que o Brasil se defenda.

Brasil e China adotam posturas opostas sobre comércio

Valor Econômico, 04/11/11



Jogo duro

A disputa comercial entre Brasil e China ganhou visibilidade na cúpula do G-20 reunida em novembro, quando os dois países divergiram em todos os assuntos – do câmbio às regras trabalhistas, e até mesmo no debate sobre modelos de crescimento econômico. Enquanto a presidente Dilma Rousseff justificava com argumentos sociais a nova orientação da política comercial brasileira, mais defensiva, o presidente chinês Hu Jintao vociferava contra o “protecionismo dos parceiros”.

O Brasil brilhou nos debates sobre trabalho, propondo a adesão do G-20 aos parâmetros de proteção social da OIT. A presidente brasileira reiterou que o Brasil tem experiências bem sucedidas de enfrentar crises com inclusão social e geração de empregos. Mas os asiáticos reagiram, nesse aspecto, como capitalistas selvagens: China e Índia obtiveram garantias de que o compromisso de acesso mínimo à saúde, seguro-desemprego e aposentadoria não sejam convertidos em cláusula social nas negociações multilaterais; e que, nas questões trabalhistas, se leve em conta “circunstâncias e sensibilidades políticas, econômicas e institucionais de cada país”, eufemismo para justificar suas antissociais práticas domésticas.

Brasil se isola na defesa do protecionismo comercial

Valor Econômico, 03/11/11



Prova de coragem

A cobertura da cúpula do G-20 publicada pelo Valor recaiu no velho hábito da grande mídia tupiniquim de depreciar atitudes de defesa comercial do Brasil nos fóruns mundiais e valorizar o discurso dos adversários. Nesta reportagem, o jornal alardeou que “o Brasil está isolado na defesa do protecionismo comercial no G-20”, sendo “o único do grupo que se recusa a manter um compromisso, assumido no ano passado, de resistir a todas as formas de

protecionismo que causem mais danos à economia mundial". E pior: deu voz a um anônimo "diplomata estrangeiro conhecedor do país", segundo o qual "o Brasil agora chutou o pau da barraca e está perdendo credibilidade".

O Brasil não está se isolando no âmbito do G-20, mas sim inovando em matéria de política de comércio exterior. Hoje nossa diplomacia toma a ofensiva e propõe iniciativas ousadas para reduzir assimetrias no cenário internacional, o que certamente incomoda aqueles que querem enriquecer à custa do nosso mercado. Em vez de perder credibilidade, o Brasil está ganhando respeito.

Pimentel defende medidas de proteção contra triangulações

DCI, 28/10/11



Firme no leme

A Medida Provisória nº 540, aprovada na Câmara dos Deputados, que traz incentivos à indústria e desonera a produção local, estabelece novas regras para comprovação da real origem de um produto exportado para o Brasil e multas para importadores envolvidos em operações de triangulação. Com base nessa MP, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e a Receita Federal poderão investigar a origem dos produtos no processo de concessão de licença de importação e na aduana. Quando a origem declarada não for comprovada, o importador deverá devolver os produtos, pagará multa diária de R\$ 5 mil até a devolução e de 30% sobre o valor aduaneiro da mercadoria.

Essa medida demonstra o interesse do atual governo em retomar o processo de industrialização do País. Finalmente, parece que o Poder Executivo decidiu colocar os diversos ministérios trabalhando afinados, com foco em políticas públicas voltadas para o interesse nacional.

Saúde aposta em inovação para reduzir custos

Brasil Econômico, 25/10/11



Sem tempo a perder

O ministro da Saúde Alexandre Padilha é apresentado nessa matéria como um gestor audacioso, pragmático, que não se abate com a indefinição do orçamento de sua área e consegue transmitir uma imagem de empreendedorismo anunciando medidas simples e eficazes. Consciente da importância do poder de compra do sistema de saúde pública e da dimensão econômica e social do Sistema Único de Saúde (SUS), Padilha aposta na implantação de novas parcerias público-privadas, visando dar preferência à contratação da fabricação no País de produtos e equipamentos prioritários para o SUS. Ao mesmo tempo em que promove a indústria nacional, impõe

às empresas uma redução nos preços e exige garantias de fornecimento no longo prazo. É isto que se espera de um ministro verdadeiramente comprometido com a saúde pública.

China, EUA e UE rejeitam negociar regras sobre câmbio e comércio

Valor Econômico, 25/10/11



Falsa derrota

A ousada proposta do Brasil de incluir na pauta da OMC uma discussão sobre o impacto do desalinhamento cambial no comércio internacional foi rechaçada, como já se esperava, por todos os países economicamente fortes - incluindo a China, que hoje é a principal adversária dessa tese e defende uma radical separação entre as funções da OMC e do FMI. No entanto, apesar da taxativa recusa à negociação de regras para as relações entre câmbio e comércio, a diplomacia brasileira obteve uma pequena vitória ao fazer aprovar na OMC um documento que admite a existência de problemas nessa área e determina a realização de um seminário sobre o tema, que poderá ter lugar no Rio de Janeiro.

É de fundamental importância que o uso da política cambial como instrumento de comércio seja posto em debate nos fóruns internacionais. Pois é desse diferencial, aliado às más práticas na área trabalhista e de meio ambiente, que se vale a China para ser o motor industrial do mundo. O Brasil cada vez mais se afirma como liderança de respeito nesse tema, daí por que sua palavra cria esperanças.

Saúde investe R\$ 1,5 bi para produção de medicamentos biotecnológicos no País

Valor Econômico, 20/10/11



Poder de compra

A produção nacional de medicamentos biotecnológicos mais eficazes e seguros para tratamento do câncer, doenças inflamatórias e infecciosas vai receber um grande incentivo nos próximos três anos. O Ministério da Saúde pôs à disposição da indústria farmacêutica R\$ 1,5 bilhão a fundo perdido e o BNDES abriu linha de financiamento de R\$ 3 bilhões para impulsionar esse segmento. Na apresentação do programa, o ministro Padilha lembrou que o poder de compra do Ministério da Saúde gira em torno de R\$ 10 bilhões por ano, o que representa um grande atrativo para as empresas.

A iniciativa é louvável. As empresas nacionais devem se articular visando à constituição de uma ou duas grandes empresas para atuar competitivamente nesta e noutras áreas do mercado global. A atuação da Anvisa nesse contexto, com seu marco regulatório de primeiro mundo, certamente irá garantir segurança e eficácia para os investimentos nacionais nessa área.

Incentivo à internacionalização

A Abifina se destacou como apoiadora da 22ª edição da CPhI Worldwide, principal evento do mercado farmacêutico, realizado no final de outubro, em Frankfurt, Alemanha. Grandes players apresentaram as principais inovações e tecnologias para o desenvolvimento do setor e, para as empresas brasileiras, a CPhI Worldwide proporcionou a geração de negócios no valor de US\$ 1,4 milhão. Mais US\$ 172, 4 milhões devem ser fechados nos próximos 12 meses.

A participação das 15 companhias nacionais faz parte de um projeto organizado pela Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Os associados da Abifina, que é membro integrante da

iniciativa, marcaram presença: Biolab, Cristália, EMS, Eurofarma, Globe Química, Grupo Centroflora, Nortec Química e União Química Farmacêutica estiveram lá.

Buscando explorar o bom momento do setor, o projeto realizado pela Abiquifi e Apex-Brasil foca no aumento da internacionalização das indústrias farmoquímica e farmacêutica brasileiras. Os segmentos devem receber, até o fim de 2012, mais de R\$ 3 milhões em investimentos, que serão aplicados em ações como feiras internacionais, rodadas de negócios com compradores estrangeiros e estudos de inteligência comercial. Os mercados-alvo vão desde países da América Latina até dos continentes europeu e africano.

Policy Paper para segmento agro

A ABIFINA apresentou seu *Policy Paper* para o setor de defensivos agrícolas à diretoria da Anvisa em 18 de novembro. O documento define o planejamento estratégico para o segmento industrial. Luis Henrique Rahmeier, vice-presidente do segmento agroquímico da ABIFINA, apresentou os principais problemas regulatórios. Valdemar Fischer, presidente da empresa associada Nufarm, mostrou sua visão sobre a necessidade de verticalização da produção nacional.

Foi apresentada pela ABIFINA a necessidade de agilização do processo de registro de produtos agroquímicos, que passa por uma melhor coordenação e diálogo entre os três órgãos envolvidos no registro: Mapa, Ibama e Anvisa. Como em 2012 a coordenação do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) ficará a cargo da Anvisa, a agência se prontificou a estimular o diálogo entre os setores envolvidos.

A ABIFINA será chamada para conversar novamente sobre o assunto, como ficou acordado na reunião, que teve ainda a participação do 1º vice-presidente da entidade, Nelson Brasil, e dos diretores da Anvisa com atuação na área, José Agenor Silva e Maria Cecília Brito.

Últimas definições

ABIFINA, Aenda, Andav e Andef reuniram-se em São Paulo, no dia 22 de novembro, com o objetivo de alinhar a posição do setor produtivo para as próximas reuniões da Comissão Organizadora do Encontro de Fiscalização e o Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa), que será em junho de 2012, em Curitiba (PR). A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, faz parte da comissão organizadora dos eventos. As entidades aproveitaram a oportunidade para atualizar informações sobre o cadastro de defensivos agrícolas nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Outro tema de alta relevância tratado pelo setor foi a orientação para a determinação de equivalência entre produtos técnicos agroquímicos. Em reunião técnica convocada pela Aenda, no dia 21 de outubro, para a qual a ABIFINA foi convidada a participar, esse assunto foi bastante debatido, levando as duas entidades a se posicionarem junto aos órgãos de registro.

ABIFINA debate relações comerciais em Bruxelas

A ABIFINA acompanhou de perto os debates do 5º Encontro Empresarial Brasil-União Europeia, que aconteceu de 3 a 6 de outubro, em Bruxelas. Estiveram presentes os presidentes do Brasil, Dilma Rousseff; da Comissão Europeia, José Manuel Barroso; e do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

A gerente técnica Diva Arrepia representou a entidade no evento, que teve o objetivo de promover a troca de informações entre líderes empresariais e de governo, em temas como investimentos, competitividade e inovação. Também esteve em pauta a Conclusão do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia. Como parte da programação, ainda foram debatidas as relações comerciais entre os dois blocos no agronegócio e na indústria agroquímica.



Comitê Farmo envia propostas para o CIS

Com grande participação de representantes de seu quadro social, a ABIFINA recebeu no dia 11 de novembro, em sua sede, no Rio de Janeiro, o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) da Fiocruz, Jorge Bermudez, e a deputada federal Jandira Feghali, presidente da Subcomissão Especial do Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde da Câmara dos Deputados. O objetivo foi estudar alternativas de financiamento para fortalecer o setor.

Em reunião anterior do Comitê Farmo, no dia 6 de setembro, Carlos Morel apresentou o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) da Fiocruz, do qual é coordenador geral, e Thais Mesquita do Couto Araújo, coordenadora de Inspeção de Insumos Farmacêuticos (Coins)/Anvisa, relatou as atividades que vêm sendo conduzidas pela agência na área de inspeção de insumos farmacêuticos ativos.



Resultados do SGT Saúde - Mercosul

O Brasil não vai harmonizar processos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e de Terceirização enquanto os demais países do Mercosul não possuem critérios similares de controle e regulamentação. Tal posicionamento foi evidenciado durante a XXXVII Reunião Ordinária do SGT nº 11 da Saúde, no mês de setembro, em Montevidéu, Uruguai. Esta é a opinião da diretora técnica da Nortec Química, Juliana Cossa, que representou a ABIFINA no encontro.

Segundo Juliana, a Anvisa se mostrou mais alinhada às normas de BPF praticadas pelas agências americana (FDA) e europeia (EMA), do que com as agências dos demais países do Mercosul. O ponto positivo do encontro é que foi oficializada a criação do GT da Farmacopeia do Mercosul.

Soluções para o descarte de medicamentos



O setor produtivo está engajado em encontrar soluções para o descarte correto de medicamentos não utilizados pelos consumidores, estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) está trabalhando junto com representantes dos setores público e privado para aprovar um acordo setorial para o compartilhamento da responsabilidade da destinação final.

A ABIFINA foi representada em reunião no dia 31 de outubro pela gerente técnica, Diva Arrepia, que participou de nova reunião com a Anvisa, no dia 1º de novembro. Nela, o Grupo de Trabalho Técnico (GTT) sobre Descartes de Medicamentos apresentou versão preliminar do cronograma do estudo de viabilidade técnica e financeira sobre a logística reversa.

Fórum Nacional da Indústria: momento de pressionar

A XXIX Reunião do Fórum Nacional da Indústria, no dia 24 de outubro, se mostrou uma oportunidade dos empresários exporem a insatisfação com a política macroeconômica. Representantes dos principais setores da indústria brasileira pressionaram o secretário-executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, para que o governo deixe de lado o que chamaram de “o tripé do mal” – câmbio, juros e tributos elevados –, passando a se comprometer com a competitividade nacional. A ABIFINA foi representada nessa ocasião por Telma Salles, diretora de Relações Institucionais da entidade.

Anteriormente a este encontro, Nicolau Lages, vice-presidente da ABIFINA, participou de reunião técnica preparatória, coordenada pelo diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Ribeiro. Além de antecipar os objetivos do Fórum Nacional da Indústria e as propostas do Plano Brasil Maior, ele conduziu os debates sobre temas que afligem a indústria. Lages, pautado na Defesa Comercial (MPV 541) e no Controle da Taxa Cambial, defendeu o posicionamento da ABIFINA.

Balanço das ações em fito

A 11ª Reunião do Comitê de Fitoterápicos da ABIFINA, no dia 23 de novembro, analisou o Formulário de Fitoterápicos, da Anvisa, além dos principais pontos para a elaboração do documento referente aos entraves regulatórios para o setor. Também foi discutida a proposta de legislação para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, tema que vinha sendo acompanhado nas duas reuniões anteriores.

Ana Cláudia Oliveira, coordenadora de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, apresentou a Proposta de Parcerias Público-Privadas (PPPs) consolidada pelo Grupo de Trabalho formado por Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde (NGBS), ABIFINA, Centroflora e Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob).

Na reunião de outubro do Comitê, participaram a Dra. Maria Celeste Emerick, relatando sua história no tema do acesso ao patrimônio genético, e Dr. Ricardo Dias, da Centroflora, que apresentou a minuta do Projeto de Parcerias Público-Privadas. Em setembro, o Comitê recebeu a Dra. Lúcia Regina Rangel, professora da Academia de Propriedade Intelectual do INPI, que apresentou os tipos de Indicações Geográficas e os procedimentos para obtê-las.



Câmara temática de insumos agropecuários

Luis Henrique Rahmeier, vice-presidente do segmento agroquímico da ABIFINA, representou a entidade na 56ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), ocorrida no começo de outubro, em Brasília. A reunião foi coordenada pelo presidente da Câmara, Luiz Antonio Pinazza, e abordou os temas: aprovação do calendário de reuniões da CTIA para 2012; conjuntura e tendências do mercado de insumos agropecuários; resultados da Conferência Nacional de Defesa Agropecuária de 2010 e do seminário sobre o novo regulamento da Europa para pesticidas; propostas para a III Conferência Nacional de Defesa Agropecuária de 2012; entre outros.

Encaminhamentos do GT de Defensivos

Foi realizada em meados de outubro mais uma reunião do Grupo de Trabalho de Defensivos Agrícolas da Confederação Nacional da Agricultura, do qual a ABIFINA é membro. Nesse encontro, a entidade foi representada pelo vice-presidente e pelo diretor de Assuntos Regulatórios do segmento Agro, Luis Henrique Rahmeier e João Alegro, respectivamente. Estiveram em pauta os assuntos: acompanhamento de ações junto à Casa Civil e Câmaras Temáticas, visando a redução do tempo de análise dos processos de registro de defensivos agrícolas; o acompanhamento das audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente que, recorrentemente, têm promovido debates sobre políticas públicas para defensivos agrícolas restituídos de fundamentação técnica; análise de Projetos de Leis em tramitação no Congresso Nacional; entre outros.

X Reunião da Redesfito

“O papel dos laboratórios oficiais na inovação de fitomedicamentos a partir da biodiversidade” foi o tema da X Reunião da Redesfito, realizada nos dias 6 e 7 de outubro, no Rio de Janeiro. No encontro, foram discutidas as PPPs, com a realização de mesas-redondas que contaram com a presença de Glauco Villas-Bôas, coordenador do NGBS; João Tostes, da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF); Silvana Jales, representante da Alfob; e Jislaine Pereira, gestora da Rede Pantanal.

Ricardo Dias e Peter Andersen, do Grupo Centroflora, além de Ana Claudia Oliveira, coordenadora da área de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, apresentaram o posicionamento da indústria privada quanto ao tema. Já Thiago Mendes, gerente do NGBS, apresentou um modelo de programa de gestão de redes, elaborado em conjunto com Patrícia Teixeira.

A reunião resultou na formação de um grupo de trabalho para estruturar um projeto de desenvolvimento de fitoterápicos em PPPs, para ser apresentado ao Ministério da Saúde e aos órgãos de fomento.

Encontro com a comunidade científica

No I Encontro com a Comunidade Científica, promovido em setembro, em Brasília, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou que vai investir R\$ 1,5 bilhão na área de pesquisa em saúde nos próximos quatro anos. Ele também anunciou o lançamento da Plataforma Brasil - sistema que reúne a base nacional de registros de pesquisas envolvendo seres humanos - e do sistema Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebec). As duas medidas devem imprimir maior agilidade nos processos de aprovação e acompanhamento das pesquisas clínicas no País.

Carlos Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, apresentou os atuais programas do ministério e apresentou a Agenda de Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (Pess). Para o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, essas iniciativas são resultado do esforço para a promoção da saúde pública. Acompanharam de perto o evento o presidente da ABIFINA, Jean Peter, e a diretora de Relações Institucionais, Telma Salles.

Foto: Luís Oliveira



Câmara analisa efeitos dos agroquímicos

Tarciso Bonachela, vice-presidente do segmento Agro da ABIFINA, representou a entidade em audição técnica com o setor empresarial sobre o uso dos agrotóxicos e suas consequências à saúde, realizada em setembro, pela Subcomissão Especial para o tema na Câmara dos Deputados.

O setor produtivo sustentou que os defensivos agrícolas devem ser utilizados sempre de maneira correta e segura para que seu uso promova o efeito desejável para as plantas, com segurança para a saúde humana e o meio ambiente. Do ponto de vista da responsabilidade empresarial, Bonachela explicou que o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, criada pela indústria, já destinou adequadamente, desde 2002, 168,6 mil toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas.

Debate sobre Minor Crops

Com o objetivo de reunir todos os elos da cadeia produtiva interessados no registro de agroquímicos para Minor Crops Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI), o Grupo de Trabalho responsável pelo tema nos órgãos de registro realizou o I Encontro Nacional sobre Registro de Agrotóxicos para CSFI. Foram debatidas as demandas dos produtores rurais e as possibilidades de registros potenciais, via apresentação de projetos pelas indústrias de defensivos agrícolas, dentre elas a Milenia – associada da ABIFINA.

A mesa de abertura contou com as presenças do secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Francisco Jardim; do secretário das Câmeras Temáticas e Setoriais do Mapa, Aginaldo Silva; do coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas; da Secretária de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel; da gerente de Normatização e Avaliação da Anvisa, Letícia Silva; e do coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, Márcio Freitas. Representaram a ABIFINA no evento o diretor de Assuntos Regulatórios Agro, João Alegre, e a gerente técnica, Diva Arrepiá.

Atividades do Comitê de Propriedade Intelectual e GAJ

As reuniões do Comitê de Propriedade Intelectual e do Grupo de Apoio Jurídico da ABIFINA, em outubro, discutiram as ações estratégicas relacionadas aos Projetos de Lei envolvendo temas relevantes na área de Propriedade Intelectual e a atuação junto à FarmaBrasil. O Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) apresentou as atividades realizadas pela equipe jurídica no mês de setembro e o advogado Pedro Barbosa relatou os principais julgamentos de interesse para o grupo. Na reunião do Comitê de Propriedade Intelectual de setembro, Liane Lage, coordenadora da Diretoria de Patentes do INPI, Edi Braga Júnior e João Marcelo Fontoura, da Equipe de Estudos do Acordo PPH do mesmo instituto, apresentaram temas como as futuras ações para diminuição do *backlog* de patentes e possíveis iniciativas relacionadas aos acordos com Escritórios de Patentes de outros países.



Melhorando o processo regulatório

Luis Henrique Rahmeier, vice-presidente do segmento agroquímico da ABIFINA, representou a entidade no Workshop Anvisa/CNI, realizado no início de setembro, em Brasília. A Anvisa recebeu proposta de agenda da CNI para a modernização do processo regulatório em vigilância sanitária. Os pontos apresentados são resultado de um diálogo iniciado entre as duas instituições, em abril deste ano, com a participação de 28 associações setoriais e sindicatos, dentre elas a ABIFINA. Segundo Rahmeier, o encontro foi produtivo por evidenciar a preocupação da diretoria da Anvisa em aperfeiçoar seus processos.

Desatando os nós

Associados puderam tirar dúvidas sobre os procedimentos para o desembarço de cargas no porto e aeroporto do Rio de Janeiro com o coordenador responsável pela área na Anvisa, Maurício Vianna. Ele esteve na sede da ABIFINA no dia 9 de novembro, quando teve a oportunidade de ouvir comentários das empresas sobre os longos períodos dispensados nos desembarços de mercadorias, em relatos bastante realistas sobre a situação. O titular se prontificou a verificar os entraves e a promover os ajustes necessários em relação às normas da Anvisa e à política industrial do governo federal.

Patente da Astrazeneca AB é indeferida

A patente PI 0003365-0, de titularidade da multinacional Astrazeneca AB, foi indeferida com parecer técnico do INPI de 12 de setembro de 2011, após minucioso exame dos requisitos de patenteabilidade. O pedido de patente referia-se a composições farmacêuticas de rosuvastatina e foi indeferido após constatar que a matéria reivindicada não apresentava os requisitos de novidade e atividade inventiva e, portanto, não estava de acordo com o disposto nos Art. 8º, 11 e 13 da LPI. A EMS apresentou ao INPI subsídio técnico elaborado em conjunto com a ABIFINA, no qual constavam 11 documentos pertencentes ao estado da técnica, entre eles os quatro citados no parecer técnico do INPI.

Saúde pública brasileira tem destaque mundial

A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, de 19 a 21 de outubro, destacou o modelo brasileiro de produção de medicamentos, vacinas e equipamentos a partir das PPPs. Ele foi considerado uma bem-sucedida experiência para o atendimento às necessidades básicas de saúde da população.

Membros de entidades representativas da indústria nacional, dentre estas a ABIFINA, e empresários locais debateram com a diretora-geral da OMS, Margaret Chan, em sessão privada, temas considerados relevantes para o sucesso das PPPs, sugerindo iniciativas que a Organização possa desenvolver no âmbito internacional.

Foto: Erasmo Salomão



Diagnóstico do comércio exterior

O Centro Internacional de Negócios da Firjan realizou em sua sede, no dia 24 de novembro, o Seminário "Perspectivas do Comércio Exterior do Estado do Rio de Janeiro: 2012 – 2021". O objetivo do evento foi apresentar o "Diagnóstico do Comércio Exterior Fluminense". De acordo com o levantamento, os principais problemas para as empresas são: burocracia alfandegária, infraestrutura precária nos transportes e taxa de câmbio.

O seminário contou com a participação do vice-presidente do Sistema Firjan, Carlos Fernando Gross; do diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior/Mdic, Roberto Souza Dantas; e do vice-presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Fábio Martins Faria. No evento, também foi realizada a 14ª edição do Prêmio Rio Export, que homenageou as empresas fluminenses que mais se destacaram na atividade exportadora. A ABIFINA foi representada pela engenheira Fernanda da Costa, da área técnica da entidade.

Programa de Sustentação do Investimento e a indústria farmacêutica

O workshop “Caminhos para a Internacionalização do Setor de Farmoquímicos e Farmacêuticos” foi promovido pela Apex-Brasil e entidades do setor no dia 13 de setembro, no Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sindusfarma). Com o objetivo de lançar a nova edição do projeto para as empresas, o presidente da entidade idealizadora da iniciativa, a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi), José Correia da Silva, apresentou dados de comércio exterior dos setores farmoquímico e farmacêutico como indicativos para estratégias e oportunidades de internacionalização. A ABIFINA esteve representada pelo seu presidente, Jean Peter, e pela gerente técnica, Diva Arrepia.

Políticas de inovação no CIS

O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil de Oliveira, foi debatedor na mesa temática “Políticas de Inovação no Complexo Industrial da Saúde”, dentro do seminário internacional “Políticas de inovação e mudança estrutural em um contexto de crescimento e crise”. O debate teve como coordenadora Maria Clara Soares, da RedeSist, e como apresentadores da área de pesquisa e inovação tecnológica os professores Luigi Orsenigo, da Università Boccon, e José Maldonado, da Fiocruz. O evento foi realizado em setembro, no auditório do Centro de Convenções da Firjan no Rio de Janeiro.

ABIFINA é admitida como *amicus curiae*

Um caso sem precedentes no Superior Tribunal de Justiça (STJ): a ABIFINA foi admitida como *amicus curiae* em processo em que a Anvisa obteve liminar para suspensão da eficácia da antecipação da tutela envolvendo o medicamento Lexapro, do laboratório Lundbeck. O processo trata do tema *data protection*. A decisão que concedeu a liminar se baseou, em grande de parte, nos argumentos apresentados pela ABIFINA em seu *amicus curiae*.

Entendimentos sobre a RDC nº25

A ABIFINA, representada pelo diretor de Assuntos Regulatórios da área Agro, João Alegro, participou de reunião na sede da Anvisa no dia 06 de setembro. Realizado com a Unidade de Atendimento ao Público da agência, o encontro teve por objetivo avaliar o alcance da RDC nº25, que dispõe sobre os procedimentos gerais para o uso dos serviços de protocolo de documentos, especialmente no que se refere à exigência de tradução no caso dos papéis em língua estrangeira. A conversa contou com o reforço da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (Aenda), Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).

Gecis avalia primeira Parceria de Desenvolvimento Produtivo

Coordenada pelo secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (MS), Carlos Gadelha, a 3ª Reunião Ordinária do Grupo Executivo do Complexo Industrial (Gecis) contou com a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e da secretária do Desenvolvimento da Produção, Heloísa Menezes, representando o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Fernando Pimentel. O encontro ocorreu no dia 17 de novembro, em Brasília.

O principal tema debatido na reunião foi a efetivação da primeira Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para a produção de equipamentos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Instituto Carlos Chagas (ICC)/Fiocruz-Paraná e a empresa Lifemed produzirão kits para diagnóstico rápido de HIV, rubéola, sífilis, toxoplasmose e hepatite B.

A ABIFINA foi representada na reunião pelo presidente, Jean Peter; o 1º vice-presidente, Nelson Brasil; o vice-presidente do Segmento Farmoquímico, Nicolau Lages; a diretora de Relações Institucionais, Telma Salles, e o diretor de Assuntos Regulatórios Farmoquímicos, Odilon Costa.



Foto: Erasmo Salomão

Nortec

Benzonidazol agora é nacional

A Parceria Público-Privada para a produção de medicamento contra doença de Chagas deu seus primeiros resultados. O laboratório privado Nortec, responsável pela produção da matéria-prima, entregou, no dia 1º de dezembro, 320 kg do insumo para uso adulto e 18 kg para uso infantil ao laboratório público Lafepe, que fabricará o produto final. Os primeiros 4,6 milhões de comprimidos devem estar prontos até o final do mês. Além do medicamento para uso adulto, o Brasil passa a ser o primeiro país a fabricar o benzonidazol pediátrico, aprovado em novembro pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Desde 2008, o Lafepe usava o estoque de matéria-prima da Roche, que parou de fabricar o produto por sua baixa rentabilidade. O Brasil, então, assumiu a produção mundial. Nesse período, distribuiu 2.703.700 comprimidos do medicamento. Em abril deste ano, o estoque da Roche se esgotou.

O Brasil produz diversos medicamentos para exportação e ajuda humanitária via parcerias entre laboratórios públicos e privados: soro antirrábico, soro anti-tetânico, soro anti-peçonha, vacina para febre amarela, vacina meningite tipo A C, e benzonidazol. O País vem investindo cada vez mais na produção nacional desses e de outros medicamentos. O investimento em laboratórios públicos produtores saltou de R\$ 8,8 milhões em 2000 para mais de R\$ 54 milhões em 2011. Além disso, desde 2003, o ministério orienta grande parte de seus recursos para linhas de pesquisa relacionadas às chamadas doenças negligenciadas.

Aché

Faturando o mercado de biossimilares

Com a queda da patente de três medicamentos biológicos até 2014, farmacêuticas se unirão em uma *joint venture* no Brasil para investir em pesquisa e produzir biossimilares. O grupo pretende faturar uma fatia de 50% desse mercado de US\$ 1,2 bilhão por ano, segundo dados da Pró-Genéricos.

Ainda não foram reveladas quais serão as empresas a compor a sociedade, mas é certo que o Aché está entre elas. "Até o primeiro trimestre de 2012, a *joint venture* deve estar constituída e operando", diz o presidente do laboratório, José Ricardo Mendes da Silva.

A previsão da Pró-Genéricos é que, com concorrência, haja redução de até 20% no preço dos medicamentos. O governo federal deverá ser o maior beneficiado, já que as três drogas comprometem cerca de 30% do orçamento do Ministério da Saúde para compra de remédios.

Coleção de prêmios

O Aché Laboratórios foi contemplado com o prêmio Melhor Performance Empresarial Farma com Tarja, na 35ª Lupa de Ouro, premiação máxima do marketing da indústria farmacêutica. A homenagem representou o reconhecimento ao sucesso nas atividades de 2010. Para receber o prêmio, Marcelo Neri, diretor da Unidade de Prescrição II, subiu ao palco e agradeceu aos colaboradores da empresa e relembrou que seus fundadores também eram representantes. "Ser representante está no sangue de todo colaborador do Aché", frisou. Neri encerrou o discurso reconhecendo o trabalho da força de vendas: "Agradeço principalmente aos mais de 1.600 representantes que fazem o DNA do Aché. Este não é um prêmio, é uma conquista!"

Lançamento contra a asma

O Aché acaba de lançar o Montelair, primeiro similar do Montelucaste (substância ativa do Singulair, da Merck, Sharp & Dohme contra a asma). O laboratório entra na disputa por 31% do mercado - ou R\$ 28 milhões - de inibidores de leucotrienos, responsáveis pelo estreitamento e inchaço das vias respiratórias dos pulmões. O Singulair movimentou, no período de outubro de 2010 a outubro de 2011, R\$ 93 milhões, o que corresponde a quase 1 milhão de unidades comercializadas.

Biolab

Fotoprotetor desenvolvido com nanotecnologia da Biolab

Proteção extrema, fotoestabilidade duradoura (99% após 4h de aplicação) e beleza extra são os benefícios dos novos produtos da Biolab Farmacêutica: Photoprot FPS 100 Color Claro e Photoprot FPS 100 Color Escuro. Ambos fazem parte da linha de fotoprotetores inicialmente desenvolvidos com nanotecnologia pela farmacêutica, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2009. Os dois novos itens da família Photoprot são indicados para todos os tipos de pele, têm efeito de base de maquiagem e podem ser aplicados diariamente em diversas tonalidades de pele, disfarçando imperfeições do rosto, como alterações da cor, poros dilatados, acne e cicatrizes. “É o que chamamos de ‘efeito matte’, ou seja, sem oleosidade”, explica Dra. Simone Sotto Mayor, médica dermatologista e diretora da Biolab Dermocosméticos. Segundo ela, os lançamentos atenderão à demanda por uma nova tendência.

A nanotecnologia é uma plataforma presente exclusivamente na Linha Photoprot FPS 100. “O sistema nanoestruturado promove aumento da dispersão da radiação UV, tem melhor efeito de espalhabilidade e oferece a liberação prolongada do ativo e fotoestabilidade, aumentando a permanência do fator de proteção na pele”, identifica Dra. Simone. A nanotecnologia é capaz de criar um filtro solar híbrido que absorve e reflete a luz solar simultaneamente.

Bio-Manguinhos e IVB

Novas estruturas para o CIS

O Ministério da Saúde anunciou em novembro o investimento de R\$ 880 milhões na construção do Novo Centro de Processamento Final do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) da Fiocruz, no lançamento do Centro Tecnológico em Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Sautec), e na ampliação das plantas produtivas do Instituto Vital Brasil (IVB). As iniciativas reforçam o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (CIS). “Estamos fortalecendo a indústria nacional para ampliar a oferta de produtos estratégicos no Sistema Único

de Saúde, diminuindo a dependência de laboratórios estrangeiros e a vulnerabilidade do SUS”, declarou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Do total, serão investidos R\$ 20 milhões na ampliação das plantas produtivas do IVB para desenvolvimento e produção de medicamentos estratégicos. O ministério vai contribuir com R\$ 10 milhões nos próximos dois anos, e o governo do estado do Rio com outros R\$ 10 milhões. O trabalho começará pela produção do medicamento para doença de Alzheimer, Rivastigmina. Mas o ministério já tem Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) firmada com o IVB para desenvolvimento tecnológico de três medicamentos (o antiartrítico Adalimumabe, a Octreotida contra acromegalia e a própria Rivastigmina), que estão envolvidos, respectivamente, com os laboratórios privados PharmaPraxis, LaborvidaHygeia e LaborvidaEMS.

Já o novo Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos ficará em um terreno de 570 mil m² no distrito industrial de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, onde serão fabricadas 600 milhões de doses de vacina por ano. Além de atender às crescentes exigências da Anvisa, o centro terá condições de ser pré-qualificado por agências internacionais para garantir ao País a condição de fornecedor global de imunobiológicos.

Padilha disse que, além de quadruplicar a capacidade de produção de vacinas pela Fiocruz, o espaço significa que o Brasil entrará numa nova fronteira em pesquisa e produção de insumos biotecnológicos. O diretor de Bio-Manguinhos, Artur Roberto Couto, destacou os principais benefícios da iniciativa. “Ampliaremos a oferta de insumos estratégicos para os programas públicos de saúde, dando ainda mais acesso à população a produtos de alta qualidade, regulando preços, e vamos contribuir também para que o Brasil aumente sua competitividade e dê um salto importante em desenvolvimento tecnológico”.

IVB

Nova planta em operação

O Instituto Vital Brasil (IVB) estreou em novembro sua nova área de produção com o envase de 47 litros de soro antibotrópico (contra veneno de jararacas), transformados em 4.300 ampolas de 10 ml cada. “Além de o local ser mais controlado e atender às exigências da Agência Nacional de Vigilância

Sanitária (Anvisa), o maquinário é mais moderno. Se antigamente levávamos cerca de 1h30 para envasar 16 litros de soro, hoje é possível envasar 47 litros em apenas uma hora ou até menos”, calcula Jorge Coelho, diretor Industrial do IVB.

A construção da nova área de Formulação e Envasamento de Soros Hiperimunes do Instituto e a compra da nova máquina de envasamento integram o processo de reestruturação e modernização do parque industrial de seu instituto. Com a moderna tecnologia de ampola fechada, o novo equipamento usado agora aumenta em seis vezes a produtividade da planta, com sua capacidade de envasar 12 mil ampolas por hora, com vantagens adicionais: menor consumo de energia e água, além da eliminação de riscos de contaminações.

Reconhecimento

O Laboratório de Biomarcadores do Instituto Vital Brazil, em parceria com dois especialistas em nefrologia da Universidade Federal Fluminense, recebeu o certificado de melhor pôster pelo trabalho “Validação da dosagem da creatinina em papel de filtro para diagnóstico de doença renal crônica”, na 9ª Conferência sobre a prevenção da Doença Renal em populações desfavorecidas na América do Sul e no Caribe. O evento foi realizado entre os dias 23 e 25 de novembro, junto com o 7º Encontro Brasileiro de Prevenção da Doença Renal Crônica, na Universidade Federal do Maranhão.

A tecnologia de papel de filtro permite que o marcador seja processado e dê o resultado com apenas uma gota de sangue obtida através da punção do dedo do paciente ao papel de filtro, aplicando em laboratório uma solução específica na amostra de sangue.

Conhecimento compartilhado

O Centro de Estudo do Instituto Vital Brazil elaborou o Programa de Capacitação Externa, que tem por objetivo compartilhar o conhecimento desenvolvido na instituição com o público externo. O primeiro curso oferecido foi o de Propriedade Intelectual, em meados de dezembro.

O Centro de Estudos funciona desde 2008, desenvolvendo ações de treinamento para melhoria do corpo funcional do instituto. Devido aos constantes pedidos externos por palestras e simpósios, somados à experiência dos profissionais do instituto, surgiu a proposta de se criar o programa.

Bio-Manguinhos

Diagnóstico em teste

A implantação do teste de diagnóstico rápido de leishmaniose visceral canina começou com experiência piloto na cidade de Goiânia. Cerca de 20 técnicos receberam treinamento de profissionais do Ministério da Saúde e do Laboratório Bio-Manguinhos para a utilização da técnica, com uso do kit de cromatografia rápida.

Libbs

Solução para a enxaqueca

A Libbs Farmacêutica lançou, em novembro, o Égide, produto de ação preventiva que diminui a frequência e a intensidade das crises de enxaqueca, doença que afeta cerca de 2 milhões de brasileiros. O produto chega ao mercado com a vantagem de ter o menor preço em comparação aos genéricos disponíveis. A marca de topiramato da Libbs faz parte da nova geração de medicamentos usados na prevenção da enxaqueca e complementa a linha de tratamento que a empresa oferece para a doença. “Usado na prevenção, o Égide fará dupla com o Sumax, indicado para as situações de crises agudas e já consolidado com 18 anos de sucesso”, explica o gerente do produto, Alexandre Varga.

Combate à calvície

O mais novo tratamento para calvície conta com o primeiro aplicador triplo do mercado, que permite espalhar melhor o produto e, assim, favorece o combate à doença. Trata-se do Tegan, da Libbs Farmacêutica. De uso tópico, o medicamento fortalece os fios e reduz a queda. A solução promete ajudar os 54% dos homens a partir dos 40 anos que sofrem de calvície, além do pouco falado grupo de mulheres que, mesmo em menor proporção, também enfrentam o problema.

Hebron

Inovação sem indústria?

O Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação pegou de surpresa as indústrias nacionais. Elaborada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti)

e pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), a proposta chegou à Câmara dos Deputados e ao Senado no final de agosto, sem qualquer consulta ao setor produtivo.

Avaniel Marinho, diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da farmacêutica Hebron, soube do projeto por comentários entre colegas do meio industrial. Apesar de ser uma das empresas mais inovadoras de Pernambuco, a Hebron não foi consultada pelo deputado federal do próprio estado, Bruno Araújo (PSDB), que apresentou a proposta na Câmara. A empresa investe em P&D 10% de seu faturamento, que é de mais de R\$ 100 milhões por ano.

“Lamentamos que representantes da indústria não tenham sido ouvidos. O governo, bem intencionado e no seu legítimo direito de cuidar do nosso desenvolvimento, legisla as leis, mas na falta de interlocução com o setor produtivo, corre o risco de cometer determinados equívocos, os quais, na prática, terminam dificultando ou engessado a própria inovação”, avalia Marinho.

Milenia

Novo acionista

O grupo israelense Makhteshim Agan (MAI), líder global em soluções para a proteção de cultivos no segmento genérico, anunciou em outubro a venda de 60% de suas ações para a China National Agrochemical Corporation. A empresa é subsidiária da China National Chemical Corporation (ChemChina), que está entre as 500 maiores empresas do mundo e é a maior empresa química da China. A mudança também diz respeito à Milenia Agrociências S.A., companhia brasileira com mais de 40 anos de atuação no mercado agroquímico nacional e subsidiária da Makhteshim Agan no Brasil desde 2001.

Alimentando o futuro

A Milenia Agrociências selecionou em outubro jovens para participarem do Projeto Formare, franquia social desenvolvida pela Fundação Iochpe há 21 anos como um dos mais importantes trabalhos de cunho socioeducacional e de cidadania. O objetivo é desenvolver as potencialidades de adolescentes de baixa renda de 15 a 18 anos para exercerem uma profissão, por meio da ampliação de suas habilidades de expressão e comunicação.

Ourofino

Fechando negócio

A Ourofino Agronegócio participou da 64ª Feira Nacional do Zebu, em Bucaramanga, na Colômbia, por meio do Projeto Brazilian Hereford & Braford (BHB), desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e pela Associação Brasileira de Hereford e Braford (ABHB). Segundo a entidade, as empresas participantes projetam a geração de negócios da ordem de US\$ 1,43 milhão, com a venda de produtos e serviços agropecuários nos próximos 12 meses.

Ação de marketing

O mais importante evento de medicina veterinária equina do Brasil, o II Caballiana Fair – que ocorre em abril de 2012 em São Paulo –, já fechou 18 cotas de patrocínio. Diante de sua importância, a Ourofino entrou no rol de patrocinadores. Reconhecida pelo mercado como a feira de melhor organização e conteúdo científico, a Caballiana atraiu, em sua edição anterior, cerca de 1,5 mil pessoas e mais de 40 expositores. O principal foco do evento é oferecer palestras para proprietários, profissionais especializados em cavalos, área comercial, administrativa e de marketing.

Ourofino e Oxiteno

Universidades e empresas

O Workshop sobre Pesquisa Colaborativa Universidade-Empresa, realizado em novembro pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), apresentou projetos financiados pelo Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE). Entre os casos em destaque, estiveram os da Oxiteno e da Ourofino.

“A empresa é um lugar privilegiado de produção de conhecimento. Nos países desenvolvidos isso fica evidente. Mesmo quando não há um centro de pesquisa formal, há gente resolvendo problemas e gerando conhecimento o tempo todo. Esse pesquisador que trabalha na empresa está sempre interagindo com as universidades”, disse durante o evento Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp.

Register early
and save up
to \$560!

BioPharma

LatAm CONVENTION 2012

Hear from



Dirceu Barbano
Director-Chairman
ANVISA



Eduardo Motti
Regional
Head Clinical
Operations
Pfizer Brazil



Vinzenz Plorer
Vice President
Operations
EMS S.A.

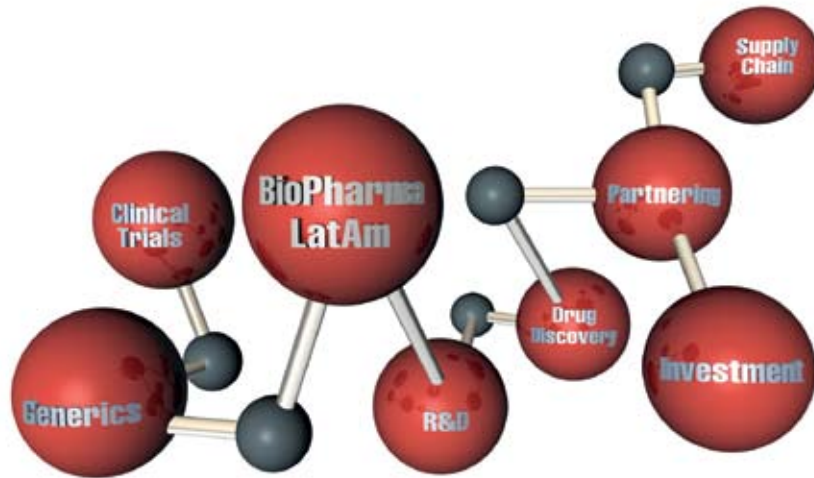


Pedro Garbes
Regional
Director, Clinical
Development
Sanofi Pasteur



**Mauricio Silva
de Lima**
Medical Director
Roche

April 17-18, 2012, World Trade Center, São Paulo, Brazil



Innovation and strategy for pharma and biotechs in Latin America

Overcome regulatory challenges in clinical trials, generic drugs and biosimilars in Latin America

Hear from ANVISA, Bristol-Myers Squibb, GSK, Eurofarma, Bayer, Pfizer and more

Learn how to partner with local companies to improve clinical development and market opportunities

Meet with decision-makers from Sinovac, EMS, Johnson and Johnson, Merck Serono, and AstraZeneca

Identify the newest and most exciting pharma products and technologies coming out of Latin America

Partner with local biotechs and researchers working in vaccines, orphan drugs, antibodies, regenerative medicine and more

If you are in the business
of providing world class
solutions, then you need
to sponsor today!

Contact Pinky Fadullon on
+1 646 619 1785 or at
pinky.fadullon@terrapinn.com
for more information.

Register before
January 27th and
save up to \$560!

Go to
www.terrapinn.com/biopharmalatam
and click on 'register' to save!

Produced by:

terrapinn
use your brain

PTX

POWDER TECHNOLOGY EXPO

South America

21 a 23 de Agosto de 2012 | Transamerica Expo Center | São Paulo, SP

O MAIOR EVENTO DE
POWDER TECHNOLOGY
AGORA NO BRASIL

www.ptxsa.com.br

A PTX South America é o principal ponto de encontro de fornecedores de tecnologia para o processamento, armazenamento e manipulação de partículas finas e sólidos secos a granel.

NÃO FIQUE
DE FORA!

Profissionais das Indústrias químicas, mineração e construção, indústrias farmacêuticas, indústrias de alimentos e agricultura, indústrias de vidro e cerâmica, entre outras.

ANOTE EM SUA AGENDA E CONHEÇA O PRINCIPAL EVENTO DE POWDER TECHNOLOGY DO MUNDO.



Para informações sobre como expor: Pedro Andrade • (11) 4689-1935 • R. 2087 • pandrade@ubmbrazil.com.br

APOIO:

ORGANIZAÇÃO:

